Comunicado
Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998
Balanço Patrimonial - Centro de Referência do Idoso Zona Norte - CRI - Norte - Associação Congregação de Santa Catarina

Associação Congregação de Santa Catarina
Centro de Referência do Idoso da Zona Norte - CRI Norte

CNPJ nº 60.822.168/0028-04
Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.177	2.231
Estoques		90	105
Créditos a receber		123	85
Total ativo circulante		1.390	2.421
Não circulante			
Depósitos judiciais		22	8
Imobilizado	5	4.397	4.878
Intangível	5	26	79
		4.423	4.957
Total do ativo não circulante		4.445	4.965
Total do ativo		5.835	7.386

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante			
Fornecedores		247	212
Obrigações trabalhistas	6	1.209	1.209
Obrigações tributárias		138	147
Outras contas a pagar		52	56
Total do passivo circulante		1.646	1.624
Não circulante			
Contingências	7	184	32
Bens públicos em nosso poder	8	4.423	4.957
Total do passivo não circulante		4.587	4.989
Total do passivo		6.233	6.613
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	9	773	1.937
Déficit acumulado		(1.171)	(1.164)
Total do patrimônio líquido		(398)	773
Total do passivo e patrimônio líquido		5.835	7.386

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de Reais)*

	Patrimônio social	Déficit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2016	2.286	(349)	1.937
Incorporação do déficit do exercício	(349)	349	-
Déficit do exercício	-	(1.164)	(1.164)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.937	(1.164)	773
Incorporação do déficit do exercício	(1.164)	1.164	-
Déficit do exercício	-	(1.171)	(1.171)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	773	(1.171)	(398)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	2017	2016
Receitas operacionais líquidas			
Receitas de Contrato de Gestão - Estadual	11	17.316	16.711
Trabalho voluntário	3L	44	45
		17.360	16.756
Custos e despesas operacionais			
Pessoal e encargos	12	(9.385)	(9.374)
Serviços profissionais	13	(7.569)	(7.337)
Materiais e medicamentos		(791)	(750)
Depreciação e amortização	5	(579)	(639)
Gerais e administrativas		(352)	(319)
Impostos taxas e contribuições		(3)	(12)
(Provisão) reversão para contingências		(182)	(34)
Outras receitas operacionais líquidas		205	211
Trabalho voluntário	3L	(44)	(45)
		(18.667)	(18.299)
Déficit operacional antes do resultado financeiro		(1.307)	(1.543)
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras		184	380
Despesas financeiras		(18)	(11)
		166	378
Déficit do exercício		(1.171)	(1.164)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de Reais)*

	2017	2016
Déficit do exercício	(1.171)	(1.164)
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(1.171)	(1.164)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 *(Em milhares de Reais)*

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Déficit do exercício	(1.171)	(1.164)
Provisão para contingência	152	32
(Reversão) de provisão para contingência	(20)	-
Déficit do exercício ajustado	(1.039)	(1.132)
(Aumento)/redução nos ativos em:		
Estoques	15	(19)
Créditos diversos	(38)	13
Depósitos judiciais	(14)	-
Aumento/(redução) nos passivos em:		
Fornecedores	35	24
Obrigações trabalhistas	-	90
Obrigações tributárias	(9)	23
Outras contas a pagar	(4)	12
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(1.054)	(963)
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado/intangível	(44)	(63)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(44)	(63)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Recebimento de numerário para aquisição de imobilizado/intangível	44	63
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	44	63
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	(1.054)	(963)
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.231	3.214
No fim do exercício	1.177	2.231
	(1.054)	(983)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: A Associação Congregação de Santa Catarina, qualificada como Organização Social de Saúde, através do Contrato de Gestão e Operacionalização, denominado "Contrato de Gestão", firmado com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo em 21 de janeiro de 2005, assumiu a operacionalização do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte ("Entidade"), visando a desenvolver o programa de modernização de gestão de saúde no âmbito de atendimento ambulatorial no Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 4 de junho de 1998. A Entidade é localizada na Zona Norte de São Paulo, atuando nas atividades e serviços prestados para a população idosa, sendo um modelo ambulatorial de assistência especializada. Foi firmado um novo Contrato de Gestão em 21 de janeiro de 2015 que estabelece o prazo de 5 anos de duração, seu encerramento está previsto para 21 de janeiro de 2020. Adicionalmente, a renovação da continuidade da gestão do contrato está condicionada a demonstração dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas no Contrato de Gestão, além da concordância de ambas as partes. O referido contrato, fixa as verbas orçamentárias a serem repassadas à Associação Congregação de Santa Catarina para o custeio dos operações do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte para o ano seguinte. A Entidade, por meio do Contrato de Gestão, contribui para o atingimento dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto 7.237/2010, e alterada pela Lei 12.868/2013, regulamentada pelo Decreto 8.242/2014, chamada "Lei da Filantropia", operacionalizada pela Associação Congregação de Santa Catarina. Planejamento da Administração: A Associação Congregação de Santa Catarina, faz a gestão e operacionalização do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte. A Entidade apresentou no exercício de 2017 déficits de R$ 1.171, capital circulante líquido negativo de R$ 256, patrimônio social negativo de R$ 398. O orçamento para cobertura dos atividades contratuais para o exercício de 2018 já está aprovado pela administração junto com a Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, com repasse de verbas para custeio no valor de R$ 17.955. A Entidade entende que o valor definido é suficiente para manutenção parcial das atividades e geração de recursos para gradual regularização de seus obrigações financeiras, que se necessário, será suportado pela Associação Congregação de Santa Catarina, garantindo assim a continuidade das operações da Entidade. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações foi autorizada pela Diretoria Administrativa em 14 de Fevereiro de 2018. b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparados com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercício futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa: • Nota explicativa nº 7 - Provisão para contingências. 3. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos na inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. (ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *Empréstimos e recebíveis:* Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de quaisquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem créditos diversos. *Caixa e equivalentes de caixa:* Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Os recursos vinculadas representam os saldos de bancos com a movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às corrigações do contrato de gestão, dos seus termos aditivos e outros ajustes que lhe deram origem. (iii) Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas, ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Instrumentos financeiros derivativos: Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de *hedge*. b. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos. O custo dos estoques é baseado no princípio de custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. c. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços vitalizados pelo contratado, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. (ii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Veículos	5 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Instalações	10 anos
Aparelhos, medicina e cirurgia	10 anos
Instrumentos de cirurgia	10 anos
Móveis e máquinas	10 anos
Instrumentos sonoros	10 anos
Benfeitorias	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. d. Ativos Intangíveis: (i) Reconhecimento, mensuração e amortização: O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (*software*), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% ao ano. e. Redução ao valor recuperável (*Impairment*): (i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão. f. Provisão, passivo circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. g. Demais ativos circulantes e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços. h. Patrimônio líquido: Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. i. Receitas - Contrato de Gestão: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de prestações de serviços é gerada com base no Contrato de Gestão firmada com a Secretaria da Saúde do Estado São Paulo, em que a Associação Congregação de Santa Catarina assumiu a gestão e operacionalização do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte. j. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros de aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros e despesas bancárias. k. Apuração do resultado: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. l. Receitas com trabalhos voluntários: As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas operacionais. Em 31 de dezembro de 2017 foi reconhecido o valor de R$ 44 (R$ 45 em 2016), referentes a trabalhos voluntários. m. Gerenciamento de risco financeiro: A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de mercado. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 15. *Estrutura do gerenciamento de risco:* As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas do gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas: Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada. *IFRS 9 Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros): O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. A Entidade elaborou estudo de adoção da nova norma e considera que os novos requerimentos de classificação dos ativos e passivos financeiros não terão impactos significativos na sua mensuração. *IFRS 15 - Revenue from Contract with Customers (Receita de Contrato com Clientes):* A IFRS 15 (CPC C47) introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente. As receitas da Entidade incluem principalmente, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público para execução do objeto do Contrato de Gestão, as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades de gestão e operacionalização do contrato de gestão, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. A Entidade concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma e não espera que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 resulte em diferenças significativas no momento do reconhecimento da receita para esses serviços. IFRS 16 Leases (Arrendamentos): A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial desta. A Entidade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma porém não espera que a aplicação resulte em impacto significativo. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Caixa e equivalentes de caixa:	2017	2016
Caixa fundo fixo	2	2
Banco conta movimento	-	199
Aplicações financeiras	1.175	2.030
	1.177	2.231

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitas à incidência de impostos, em razão desta gozar de imunidade de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). O rendimento médio apropriado em 2017 foi de 9,95% a.a. (13,69% a.a. em 2016).

5. Imobilizado e Intangível

Custo	Instalações	Aparelhos de medicina e cirurgia	Instrumentos de cirurgia	Móveis e Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Instrumentos sonoros	Benfeitorias	Direito de uso de software	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	327	1.212	51	1.526	49	1013	18	5.041	828 10.066
Adições	5	31	1	15	-	10	-	-	- 63
Cessão de uso de bens SES/SP	-	115	-	306	-	3	-	-	- 424
Saldo em 31 de dezembro de 2016	332	1.358	52	1.847	49	1.026	18	5.041	828 10.553
Adições	3	4	3	17	-	17	-	-	- 44
Doações	3	-	-	12	-	11	-	-	- 26
Baixas	-	(88)	(35)	(59)	-	(142)	(2)	-	- (326)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	338	1.274	20	1.817	49	912	17	5.041	828 10.296
Depreciação e amortização									-
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(172)	(861)	(31)	(872)	(49)	(761)	(9)	(1.121)	(675) (4.551)
Depreciação e amortização no período	(31)	(93)	(3)	(149)	-	(85)	(2)	(202)	(74) (639)
Cessão de uso de bens SES/SP	-	(111)	-	(292)	-	(2)	-	-	- (405)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(203)	(1.065)	(34)	(1.313)	(49)	(848)	(11)	(1.323)	(749) (5.596)
Depreciação e amortização	(29)	(73)	(3)	(139)	-	(78)	(2)	(202)	(53) (578)
Baixas	-	78	30	49	-	142	2	-	- 301
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(232)	(1.060)	(7)	(1.403)	(49)	(784)	(11)	(1.525)	(802) (5.873)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2016	129	293	18	534	-	178	6	3.718	79 4.957
Em 31 de dezembro de 2017	106	214	13	414	-	128	6	3.516	26 4.423

6. Obrigações trabalhistas

	2017	2016
Ordenados a pagar	400	387
Provisão para férias e encargos sociais	693	701
Encargos e contribuições sociais	116	121
	1.209	1.209

7. Provisão para contingências: A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos em todos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

	2017	2016
Provisões para contingências	164	32

	Saldo inicial 01/01/2017	Adições	Estornos	Saldo final 31/12/2017
Trabalhistas	32	152	(20)	164

Riscos avaliados como perdas possíveis: Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Entidade no montante de R$ 302 em 2017 (R$ 210 em 2016), não estão provisionadas tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. 8. Bens públicos em nosso poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 4.423 em 2017 (R$ 4.957 em 2016), refere-se aos valores recebidos da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo para aquisição de ativo imobilizado e intangível, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do contrato de gestão. O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado e do intangível de Contrato de Gestão, registrado no ativo não circulante. 9. Patrimônio líquido: O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos seus objetivos sociais, e formado pelo superávit e/ou déficits acumulados. 10. Remuneração da Administração: O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e remuneração dos membros da Diretoria Executiva. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades.

11. Receitas de Contrato de Gestão - Estadual

	2017	2016
Contrato de Gestão - Estadual (a)	16.781	16.135
Depreciação de "Bens públicos em nosso poder" (b)	579	639
Repasse destinado a imobilizado - Estadual	(44)	(93)
	17.316	16.711

(a) Em 21 de janeiro de 2005, a Entidade celebrou um Contrato de Gestão e Operacionalização de serviço com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, para administrar a gestão de saúde no âmbito do Estado de São Paulo, com fundamento nos termos da Lei Complementar nº 846 de 4 de junho de 1998. Este contrato estabelece o prazo de vigência determinado. A legislação estadual regulamentou a parceria com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de firmar Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado da Saúde (SES), visando ao gerenciamento de hospitais e equipamentos públicos de saúde. A Lei determinou ainda que os hospitais gerenciados pelas OSS atendem exclusivamente aos pacientes do SUS. A remuneração dos Contratos de Gestão e Operacionalização é definido de acordo com suas características de atendimento, um orçamento de custeio pré-fixado, com base em um sistema de custos referente à produção de procedimentos das principais áreas de atuação do hospital e em indicadores de organização do serviço. (b) A Entidade, em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 (ITG 2002 (R1)), em cumprimento ao Contrato de Gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos à Secretaria quando do término do Contrato de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais em contrapartida as receitas operacionais do Contrato de Gestão.

12. Custos e despesas operacionais - Pessoal e encargos

	2017	2016
Salários e ordenados	(5.717)	(5.783)
Benefícios a funcionários	(1.591)	(1.506)
Férias, 13º salário e encargos sociais	(1.064)	(1.170)
Encargos sociais	(725)	(680)
Verbas indenizatórias	(287)	(223)
	(9.385)	(9.374)

13. Custos e despesas operacionais - Serviços profissionais

	2017	2016
Repasse de honorários médicos (a)	(4.269)	(4.269)
Serviços técnicos contratados (b)	(3.300)	(3.048)
	(7.562)	(7.337)

(a) Valores relativos aos atendimentos apurados pelo custo dos serviços prestados nos atendimentos aos pacientes não pagantes (internações e ambulatório), custos de operação do atendimento SUS e custos indiretos associados aos projetos de atendimento. (b) Os montantes são relacionados aos prestadores de serviços terceirizados, para o cosempenho de atividades ligadas ao atendimento médico, tais como: serviços de análise e diagnóstico, locação temporária de equipamentos, e demais serviços.

14. Tributos e contribuições (renúncia fiscal): Em atendimento ao item 27 letra "c" da ITG 2002 (R1) Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo dedu- zido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%). A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza da entidade sem fins lucrativos. Isenção previdenciária usufruída: Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212/91, em sua redação primitiva. Esses valores anuais equivalem à isenção usufruída - INSS. As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e à aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. 15. Instrumentos financeiros: A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado. *Estimativa do valor justo:* Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos. *Instrumentos financeiros "não derivativos":* Todos os ativos financeiros "não derivativos" (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo: • Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos: • Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços): • Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos. O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras) Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2017, a Entidade está sujeita aos fatores de: *Risco de liquidez:* Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros (em nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Com relação às taxas de juros, visando à mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundo de renda fixa. 16. Avais, fianças e garantias: A Entidade não prestou garantias ou participou de qualquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2017 e 2016.

Maria Aparecida Nogueira
Vice Presidente do Conselho de Administração

Maria da Penha Flório
Conselheira

Carlos André Uehara
Diretor Executivo

Marcelo Coll Fernandes
Diretor Corporativo Financeiro

Paula A. Spati Castro
Contadora - CRC/SP Nº 1SP229412/O-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da Associação Congregação de Santa Catarina Centro de Referência do Idoso da Zona Norte - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Referência do Idoso da Zona Norte em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ético Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou, como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 14 de Fevereiro de 2018.

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP220026/O-3
Tatiana Torres S. Silva
Contadora CRC 1SP238543/O-8

Associação Congregação de Santa Catarina Centro de Referência do Idoso da Zona Norte - CRI Zona Norte - OSS

CNPJ nº 60.922.168/0026-04
Relatórios de Atividades Assistenciais Ano 2017
Janeiro a Junho - 1º Semestre

Atividade Ambulatorial

Descrição	Total Contratado	Total Realizado	% Variação
Consultas Médicas			
Primeiras Consultas Rede	6.000	5.042	-15,97%
Interconsultas	1.900	4.265	9,36%
Consultas Subsequentes	31.902	25.569	-11,23%
Total	39.802	34.876	-10,12%
Consultas não Médicas			
Consultas não Médicas	12.516	10.372	-17,13%
Procedimentos Terapêuticos (Sessões)	24.000	22.426	-6,55%
Total	36.516	32.800	-10,18%
Atividades Cirúrgicas			
Peq.Cirurgias Ambulatoriais (oma)	870	859	-1,26%
Total	870	859	-1,26%
Atendimento Odontológico			

Descrição	Total Contratado	Total Realizado	% Variação
Primeiras Consultas	660	556	-15,76%
Interconsultas	540	592	9,63%
Total	1.200	1.148	-4,33%
SADT Externo			

Descrição	Total Contratado	Total Realizado	% Variação
Radiologia	1.200	1185	-1,25%
Ultrassonografia	1.680	2.033	21,01%
Endoscopia	720	800	11,11%
Métodos Diagnósticos Especialidades	6.300	6.433	2,11%
Total	9.900	10.451	5,57%
Atendimentos em Grupos - Centro de Convivência			

Descrição	Total Contratado	Total Realizado	% Variação
Pacientes Atendidos	34.000	31.672	-6,11%
Número de Grupos	1.298	3.002	131,28%
Total	35.298	34.924	-1,06%

Associação Congregação de Santa Catarina Centro de Referência do Idoso da Zona Norte - CRI Zona Norte - OSS

CNPJ nº 60.922.168/0026-04
Relatórios de Atividades Assistenciais Ano 2017
Julho a Dezembro - 2 º Semestre

Atividade Ambulatorial

Descrição	Total Contratado	Total Realizado	% Variação
Consultas Médicas			
Primeiras Consultas Rede	6.000	4.441	-25,98%
Interconsultas	3.900	4.416	13,23%
Consultas Subsequentes	28.902	26.422	-8,58%
Total	38.802	35.279	-9,08%
Consultas não Médicas			
Consultas não Médicas	12.516	11.140	-10,99%
Procedimentos Terapêuticos (Sessões)	24.000	23.811	-0,79%
Total	36.516	34.951	-4,28%
Atividades Cirúrgicas			
Peq.Cirurgias Ambulatoriais (oma)	870	766	-11,95%
Total	870	766	-11,95%
Atendimento Odontológico			

Descrição	Total Contratado	Total Realizado	% Variação
Primeiras Consultas	660	543	-17,73%
Interconsultas	540	538	-0,37%
Total	1.200	1.081	-9,92%
SADT Externo			

Descrição	Total Contratado	Total Realizado	% Variação
Radiologia	1.200	1.108	-7,67%
Ultrassonografia	1.680	1.907	13,51%
Endoscopia	720	505	-29,86%
Métodos Diagnósticos Especialidades	6.300	6.539	3,79%
Total	9.900	10.059	1,61%
Atendimentos em Grupos - Centro de Convivência			

Descrição	Total Contratado	Total Realizado	% Variação
Pacientes Atendidos	34.000	30.010	-13,01%
Número de Grupos	1.374	2.886	110,04%
Total	35.374	32.896	-8,85%

Ineditoriais

ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA

CNPJ 60.922.168/0001 - 56

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	205.996	276.429
Contas a receber	9	367.134	365.264
Subvenções governamentais	10	1.648	5.391
Estoques		26.346	28.779
Outros créditos		14.215	15.029
Total ativo circulante		615.339	690.892
Não circulante			
Depósitos judiciais		36.057	24.957
Títulos e valores mobiliários	11	103.758	122.328
Outros créditos		7.974	7.922
		147.789	155.207
Imobilizado	2c e 12	849.465	615.723
Intangível	2c e 12	12.436	6.552
		861.901	622.275
Total do ativo não circulante		1.009.690	777.482
Total do ativo		1.625.029	1.468.374

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante			
Fornecedores	13	113.541	125.901
Empréstimos e financiamentos	14	776	787
Obrigações sociais e trabalhistas	15	134.186	138.964
Obrigações tributárias		15.707	16.095
Subvenções governamentais	10	8.717	11.862
Mensalidades recebidas antecipadamente		2.274	2.213
Outras contas a pagar	16	57.340	55.490
Total do passivo circulante		332.551	351.312
Não circulante			
Parcelamento de impostos		-	225
Provisão para contingências	2c e 17	74.779	50.113
Empréstimos e financiamentos	14	707	1.482
Subvenções governamentais	10	23.597	2.609
Bens públicos em nosso poder	18	24.506	34.889
Outras contas a pagar	2c e 16	16.050	51.433
Total do passivo não circulante		139.639	140.754
Total do passivo		472.190	492.066
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	23a	953.597	1.036.593
Reserva de reavaliação	23b	18.017	18.808
Superávit (déficit) acumulado		121.963	(79.098)
Superávit acumulado - OSS	25c	59.262	-
Total do patrimônio líquido		1.152.839	976.308
Total do passivo e patrimônio líquido		1.625.029	1.468.374

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Nota	Patrimônio social	Reserva de reavaliação	Reserva de superávit acumulado - OSS	Superávit (déficit) acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2015		1.025.768	19.456	-	10.558	1.055.782
Incorporação do superávit do exercício		10.820	-	-	(10.820)	-
Efeito das operações descontinuadas		(135)	-	-	-	(135)
Realização da reserva de reavaliação		648	(648)	-	-	-
Déficit do exercício		-	-	-	(78.536)	(78.536)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		1.036.593	18.808	-	(79.098)	976.308
Incorporação do superávit do exercício		(79.098)	-	-	79.098	-
Efeito das operações descontinuadas		(84)	-	-	-	(84)
Cessão de acervo líquido para SES-RJ (Complexo Estadual de Saúde - Hospital Estadual Alberto Torres com Centro de Trauma e Hospital Estadual Prefeito João Batista Caffaro)	2a	(2.454)	-	-	-	(2.454)
Cessão de acervo líquido para SES-MT (Hospital Regional de Cáceres - Dr. Antonio Fontes)	2a	(1.213)	-	-	-	(1.213)
Cessão dos bens da Creche São José do Itamarati		(150)	-	-	-	(150)
Realização da reserva de reavaliação		-	(791)	-	791	-
Superávit do exercício		-	-	-	180.434	180.434
Destinação do superávit - OSS	2c	-	-	59.262	(59.262)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		953.597	18.017	59.262	121.963	1.152.839

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A Associação Congregação de Santa Catarina ("Entidade" ou "ACSC") é uma entidade civil, sem finalidade de lucros, filantrópica, fundada em 29 de setembro de 1922, reconhecida como de Utilidade Pública Federal, Estadual e Municipal, atuando por meio de suas 24 filiais nas áreas de saúde, educação e assistência social, através das seguintes unidades, tendo a saúde como área preponderante de atuação: Unidades da Entidade: Ambulatório Médico de Especialidades - AME/Itapevi - SP; Casa de Saúde São José - RJ; Centro de Referência do Idoso da Zona Norte - SP; Colégio Santa Catarina - GO; Colégio Santa Catarina - MG; Colégio Santa Catarina - RJ; Colégio Santa Catarina - SP; Creche São José do Itamarati - RJ; Creche Monteiro Lobato - MG; Escola Santa Catarina - ES; Hospital Amparo Maternal - SP; Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceição - RJ; Hospital Dr. Benício Tavares Pereira - Hospital Estadual Central - ES; Hospital Madre Regina Protmann - ES; Hospital Nossa Senhora da Conceição - SC; Hospital Santa Catarina - SP; Hospital Santa Isabel - SC; Hospital Santa Teresa - RJ; Hospital São José - RJ; Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti - SC; Hospital São Luiz - MT; Lar Madre Regina - SP; Obra Social Santa Catarina - MG; OS Associação Congregação de Santa Catarina. Estas unidades são juridicamente constituídas sob a forma de filiais. Assim, as demonstrações contábeis da Entidade representam as operações de todas essas unidades. A Entidade é qualificada como Organização Social de Saúde (OSS). Presta serviços de saúde para a administração pública em unidades hospitalares e ambulatoriais através de Contratos de Gestão. A prestação de pacientes da gestão por mais serviços compõe o cálculo para cumprimento dos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009. Os ativos imobilizados e intangíveis utilizados nas operações das filiais da Entidade de OSS, conforme nota explicativa nº 18 (ambulatórios, hospitais, centro de referência, entre outros), são bens públicos que estão sob a responsabilidade da Entidade, durante a vigência dos Contratos de Gestão que visam à gestão e à operacionalização das atividades dos serviços elencados como OSS. Para tais bens são emitidos Termos de Cessão e Permissão de Uso. A Entidade responde civil, trabalhista, tributária e criminalmente pelos atos praticados por seus funcionários, haja vista que toda a operação é de inteira responsabilidade da Entidade, que deve ainda assegurar que as licenças de funcionamento e demais obrigações com os órgãos públicos e as concessionárias de serviços públicos e privados estejam regulares. Os demais são equipamentos próprios. 2. Filiais (OSS) descontinuadas e incorporação de hospitais da Sociedade Divina Providência. a. Unidades descontinuadas: Durante o exercício de 2017, a Entidade descontinuou as atividades de filiais OSS. Os efeitos das operações descontinuadas, bem como as demonstrações do resultado e demonstração do fluxo de caixa comparativas estão reapresentadas como se as operações tivessem sido descontinuadas desde o início do período comparativo, e estão apresentadas na nota explicativa nº 7. Unidades OSS: Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Sul - SP; Complexo Estadual de Saúde - Hospital Estadual Alberto Torres com Centro de Trauma e Hospital Estadual Prefeito João Batista Caffaro - RJ; Hospital Regional de Cáceres - Dr. Antonio Fontes - MT; e Polo de Atenção Intensiva em Saúde Mental - SP. Todas essas filiais OSS passaram a ser geridas por outras entidades jurídicas devidamente nomeadas pelo Estado para assumir a gestão e operacionalização desses equipamentos públicos e todos os bens, direitos e obrigações ficaram à disposição do poder público. b. Unidades em processo de renovação do Contrato de gestão: A Associação Congregação de Santa Catarina, qualificada como Organização Social de Saúde, através do Contrato de Gestão e Operacionalização, firmado com a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo em 13 de dezembro de 2011, assumiu a operacionalização do Hospital Doutor Benício Tavares Pereira - Hospital Estadual Central "Estadual". A Entidade teve o contrato renovado em 16 de dezembro com prazo de vigência até 31 de maio de 2017 de acordo com o Termos Aditivos (TA) nº 15/2016, prorrogado em 01 de junho de 2017 para vigência até 31 de outubro de 2017 de acordo com o TA nº 16/2017; em 31 de outubro de 2017 prorrogado até 31 de dezembro de 2017 de acordo com TA nº 17/2017, em 15 de dezembro de 2017 prorrogado sua vigência até 28 de fevereiro de 2018 de acordo com TA nº 18/2017. A Entidade e a Secretaria da Saúde possuem intenção de renovação do Contrato de Gestão, a continuidade da gestão do contrato está condicionada à demonstração dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas no Contrato de Gestão além da concordância de ambas as partes, bem como do sucesso na renovação do referido Contrato de Gestão. c. Incorporação de hospitais da Sociedade Divina Providência: Durante o exercício de 2015, a Entidade firmou Instrumento Particular de Acordo Operacional "Acordo" com Cessão de Uso de Patrimônio junto à Sociedade Divina Providência doravante denominada "SDP", documento legal pelo qual a Entidade assumiu gestão e operacionalização das seguintes unidades na área da saúde: (i) Hospital Santa Isabel ("HSI"), (ii) Hospital Nossa Senhora da Conceição ("HNSC") e (iii) Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti ("HSJMCG"), todos sediados no Estado de Santa Catarina. Pelo Instrumento Particular de Acordo Operacional, a Sociedade Divina Providência viabilizou a transferência para a Entidade da gestão dos três mencionados hospitais, cedendo à Entidade o patrimônio, contratos com empregados, fornecedores, tomadores e prestadores de serviços envolvidos, incluindo os gestores públicos de saúde e operadoras/seguradoras de planos de saúde. O prazo de vigência do Instrumento Particular de Acordo Operacional encerrou-se em 1º de abril de 2017. Em 31 de julho de 2017, a Entidade firmou com a Sociedade Divina Providência o documento Protocolo de Intenção e Justificação de Cisão Parcial no qual manifestou ser intenção, de comum acordo e livre de qualquer coação, em processar a cisão parcial da Sociedade Divina Providência correspondente aos três hospitais mediante versão de seus patrimônios líquidos para a Entidade. d. Fundamentação da operação: As duas entidades envolvidas fundamentaram o Protocolo com base nas seguintes premissas: (i) As partes são pessoas jurídicas congêneres, de caráter beneficente, sem finalidade de lucros e com objetivos sociais congruentes; (ii) A Sociedade Divina Providência possui um histórico de mais um século de atuação como mantenedora de unidades hospitalares estabelecidas no estado de Santa Catarina, oferecendo serviços assistenciais de promoção da saúde e da vida, em favor dos usuários do sistema público, de planos de saúde complementar ou de particulares, sempre impregnados do carisma congregacional das Irmãs da Divina Providência; (iii) A Entidade, por sua vez, é mantenedora de estabelecimentos hospitalares, em funcionamento há mais de um século, durante os quais desenvolveu atividades assistenciais em nível nacional, nas áreas de saúde, educação e assistência social, preconizando suas atividades em conformidade com o ensinado pelo carisma congregacional da Congregação das Irmãs de Santa Catarina; (iv) Interesse das partes no desenvolvimento administrativo, tecnológico e financeiro dos três hospitais abordados no Acordo, com o objetivo de preservar a manutenção e a qualidade dos serviços de saúde destas instituições centenárias; (v) As Irmãs que compõem a Sociedade Divina Providência enfrentam ao crer dificuldades para levar adiante a gestão de hospitais, contrastando com o elevado grau de complexidade das atividades de saúde hospitalares, agravado pela necessidade de atualizações constantes do parque tecnológico e pelas limitações de financiamento dos serviços pelos entes públicos responsáveis pelo acesso à saúde da população; (vi) As partes firmaram o Acordo Operacional com as condições e as etapas necessárias à transferência de gestão e a cisão parcial do patrimônio que constitui os três hospitais em favor da Entidade que, em consequência, assumirá o ônus da administração e da manutenção dos serviços hospitalares públicos e privados inerentes, os direitos e obrigações dos contratos de emprego, fornecedores de bens, tomadores e prestadores de serviços existentes, bem como eventuais passivos de quaisquer naturezas, pretéritos e futuros, ocultos ou aparentes; (vii) O estatuto social da Sociedade Divina Providência, em seu art. 22, VIII, permite a cisão parcial de seu patrimônio, mediante aprovação da assembleia geral; (viii) O art. 43 do estatuto social da Sociedade Divina Providência prevê, na hipótese da sua dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a uma entidade sem finalidade de lucros, congênere ou a entidades públicas, a critério da assembleia geral, e que no caso as unidades de saúde objeto da cisão serão transferidas à Entidade, a qual atende aos supracitados requisitos; (ix) O instituto da cisão, disciplinado pela Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976), apesar de dispor sobre as sociedades por ações, tem aceitação pela doutrina e jurisprudência na sua aplicação subsidiária para as associações sem finalidade de lucros naquilo que couber, posto que, dentre outras particularidades, estas não possuem sócios ou quotas de participação societária; e. Identificação e reconhecimento do acervo líquido incorporado: A Sociedade Divina Providência contratou a empresa Actus Auditores Independentes S/S, que elaborou um laudo de avaliação patrimonial para efeito de cisão parcial. O laudo foi datado em 31 de julho de 2017 e se referenciou aos saldos contábeis de mesma data. Em 11 de agosto de 2017, a ACSC, por meio da sua assembleia geral extraordinária ratificou o Protocolo de Intenção de Cisão Parcial da Sociedade Divina Providência, com versão da parcela cindida para a Entidade, bem como apreciou e aprovou o laudo de avaliação do acervo líquido cindido a ser incorporado pela Entidade aprovando, com essas medidas, a incorporação dos três hospitais da Sociedade Divina Providência, (vendida), portanto, a operar em definitivo o Hospital Santa Isabel ("HSI"), o Hospital Nossa Senhora da Conceição ("HNSC") e o Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti ("HSJMCG"). A incorporação deu-se sem transferência de contraprestação monetária, conforme previsto no item 43 da norma técnica contábil CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, A ACSC reconheceu em suas demonstrações financeiras o acervo líquido pelo seu valor justo com contrapartida na conta "Ganho na combinação de negócios SDP", na demonstração do resultado do período. Para mensurar os montantes, a Entidade contratou a empresa Benincá Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., que emitiu laudo de avaliação em setembro de 2017 com base nos saldos da data da cisão. A Entidade incorreu em R$ 60 de custos de emissão do laudo e estes foram contabilizados em conta de despesa na demonstração do resultado do período. O valor justo do acervo líquido incorporado é composto dos seguintes itens, com base na data de 31 de julho de 2017:

	HSJMCG	HSI	HNSC	Total
Ativos				
Imobilizado	26.066	69.544	55.954	151.564
Intangível	-	97	48	145
	26.066	69.641	56.002	151.709
Passivos e patrimônio líquido				
Provisão para contingências (a)	1.099	11.779	10.782	23.660
Subvenções governamentais	2.102	13.780	1.293	17.175
	3.201	25.558	12.074	40.833
Acervo líquido	22.865	44.083	43.928	110.876

(a) Provisões: A Entidade reconheceu as provisões para riscos trabalhistas e cíveis, conforme preconizam os itens 23 e 56 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, que indica que a Entidade deve reconhecer, na data da aquisição, um passivo contingente assumido em combinação de negócios, mesmo se não for provável que sejam requeridas saídas de recursos (incorporando benefícios econômicos) para liquidar a obrigação. (b) Mensuração do valor justo: As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes: (c) Ativo imobilizado: O laudo de máquinas, equipamentos, instalações e bens da produção em geral (NBR 14.653-5, com grau de fundamentação de acordo com o item 9 da referida norma) foi elaborado pela metodologia "Ross-Heidecke", que, para avaliar o estado físico dos ativos, faz uso de técnicas de aproximação a uma curva que determine o valor depreciado para o transcorrer da vida útil do bem, ponderado pela sua idade, valor residual, vida útil e fatores de manutenção e trabalho. O fator de trabalho leva em conta as condições de carga de trabalho do equipamento, tais como: regime contínuo, intermitente, constantes acionamentos e paradas, rotação alta ou baixa, sub ou super utilização em relação às condições de projeto, temperatura e ambiente corrosivo. O fator de padrões de manutenção leva em conta o regime e metodologia aplicado aos equipamentos, tais como sem manutenção, com manutenção corretiva, manutenção preventiva e manutenção preditiva, com equipe própria, terceirizada ou externa. Além dessa metodologia, o laudo afirmou os valores de mercado de bens similares, cotejando-os com a idade dos

Demonstrações de resultados - exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receitas operacionais líquidas			
Receitas operacionais - Saúde	21	1.855.319	1.359.611
Receitas operacionais - Educação	21	43.527	39.691
Receitas operacionais - Assistência Social	21	446	467
Receitas operacionais - Trabalho voluntário	21	3.250	3.847
		1.902.546	1.402.933
Custos e despesas operacionais			
Custos e despesas operacionais - Saúde	21	(1.885.790)	(1.398.239)
Custos e despesas operacionais - Educação	21	(39.654)	(35.647)
Custos e despesas operacionais - Assistência Social	21	(6.672)	(5.711)
Custos e despesas operacionais - Trabalho voluntário	27	(3.250)	(3.847)
		(1.935.366)	(1.543.444)
Déficit operacional bruto		(32.780)	(140.511)
Outras receitas e despesas operacionais, líquido			
Ganho na combinação de negócios SDP	2c	110.876	-
Outras receitas e despesas operacionais	2b e 24	71.112	25.320
Superávit (déficit) operacional antes do resultado financeiro		149.208	(115.191)
Resultado financeiro, líquido			
Receitas financeiras	25	50.021	52.652
Despesas financeiras	25	(4.927)	(5.530)
		45.094	47.122
Superávit (déficit) do exercício proveniente de operações em continuidade		194.302	(68.069)
Operações descontinuadas			
Déficit do exercício proveniente de operações descontinuadas	2c e 7	(13.868)	(10.767)
Superávit (déficit) do exercício		180.434	(78.536)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes - exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
Superávit (déficit) do exercício	180.434	(78.536)
Resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	180.434	(78.536)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	180.434	(78.536)
Depreciação e amortização	45.546	50.794
Resultado líquido na baixa de ativos fixos	12.423	1.330
Resultado líquido na baixa de ativos não circulantes mantidos para venda	-	20.320
Doações recebidas em ativos	(603)	-
(Reversão) provisão para redução ao valor recuperável de ativos	(4.231)	4.324
Ganho na combinação de negócios da Sociedade Divina Providência	(110.876)	-
Ganho na baixa do acordo operacional da Sociedade Divina Providência	(36.213)	-
Provisão para contingências	28.825	28.136
Utilização/estorno de provisão para contingências	(27.812)	(23.141)
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	140.732	195.099
Reversão para provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	(134.461)	(51.432)
Superávit do exercício ajustado	93.956	146.659
(Aumento) redução nos ativos em		
Contas a receber	(8.740)	(77.473)
Estoques	(1.236)	2.770
Outros créditos	762	(9.583)
Depósitos judiciais	(11.107)	(6.217)
Subvenções governamentais	4.343	23.193
Aumento (redução) nos passivos em		
Fornecedores	(12.560)	2.704
Obrigações sociais e trabalhistas	(4.765)	26.102
Obrigações tributárias	(385)	3.536
Mensalidades recebidas antecipadamente	61	287
Outras contas a pagar	2.681	6.051
Parcelamento de impostos	(225)	(415)
Subvenções governamentais	670	(22.152)
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	63.646	125.103
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Efeito líquido na operação descontinuada	(84)	(138)
Bens públicos em nosso poder	(11.356)	(1.228)
Títulos e valores mobiliários	18.570	(82.521)
Recebimento pela venda de ativos fixos e ativos não circulantes mantidos para venda	111	36.890
Aquisição de ativo imobilizado	(140.534)	(67.271)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(133.293)	(109.268)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(786)	(1.094)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(786)	(1.094)
(Diminuição) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa	(70.433)	14.739
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	276.429	261.690
No fim do exercício	205.996	276.429
	(70.433)	14.739
Divulgação de transação que não envolvem caixa ou equivalente de caixa		
Acervo líquido incorporado da Sociedade Divina Providência (nota 2.c)	110.876	-
	110.876	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado - exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de Reais)

	2017	2016
Receitas	2.122.629	1.704.354
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.899.336	1.799.093
Outras receitas	181.838	22.593
Receitas relativas à construção de ativos próprios	44.568	16.498
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(3.113)	(131.870)
Insumos adquiridos de terceiros	(1.120.578)	(1.038.223)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(360.460)	(373.579)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(689.403)	(622.021)
Perda de valores ativos	(71.112)	(42.623)
Outras	397	-
Valor adicionado bruto	1.002.051	666.131
Depreciação, amortização e exaustão	(43.632)	(47.112)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	958.419	619.019
Valor adicionado recebido em transferência	50.021	52.652
Receitas financeiras	50.021	52.652
Resultado de operações descontinuadas	(13.952)	(10.905)
Valor adicionado total a distribuir	994.488	660.766
Distribuição do valor adicionado	994.488	660.766
Pessoal	768.832	705.030
Remuneração direta	632.253	569.532
Benefícios	86.909	83.917
FGTS	59.670	51.581
Impostos, taxas e contribuições	10.142	9.464
Federais	6.205	5.782
Municipais	570	739
Outros	3.367	2.947
Remuneração de capitais de terceiros	28.268	20.470
Juros	4.922	5.339
Aluguéis	23.346	15.140
Sociedade	6.255	4.215
Valor (consumido) reinvestido nas atividades sociais	180.991	(75.326)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - CNPJ 60.922.168/0001-86

ativos em uso e, também, levando em conta os seus valores depreciados. O modo de avaliação para imóveis e benfeitorias adotou critérios definidos e recomendados pelas normas técnicas do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR 14.653-4). Para terrenos, o laudo fez uso do método comparativo com tratamento por fatores, de forma que o valor do imóvel é obtido mediante comparação de dados correspondentes de mercado relativos a outros de características similares por homogenização estatística. A pesquisa de mercado efetuada [illegible] para elementos da mesma região geoeconômica e foi realizada de acordo com informações provenientes de: anúncios dos principais veículos de imprensa, cadastros de órgãos públicos, consultas a corretores locais, ofertas de imóveis semelhantes. Para identificar os custos das edificações avaliadas o laudo fez uso do método de quantificação de custo pelo CUB - Custo Unitário Básico. Este método utiliza como variáveis a área equivalente das edificações e o custo unitário básico de construção de determinado tipo de imóvel, baseado na utilização, no número de pavimentos e no padrão construtivo. Para o cálculo da depreciação dos imóveis, foi utilizado o método Ross-Heidecke, que é um método misto e que combina o estado de conservação do imóvel com a idade em percentual de vida útil provável. 3. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão destas demonstrações foi autorizada pela Diretoria Corporativa Financeira em 02 de março de 2018. b. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) e do acervo líquido incorporado e correspondente aos hospitais incorporados da Sociedade Divina Providência, conforme nota explicativa nº 2c. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em reais e foram arredondadas para milhar, exceto quando indicado de outra forma. d. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 2c - Incorporação de hospitais da Sociedade Divina Providência. • Nota explicativa nº 4e (iii) - Vida útil do ativo imobilizado; • Nota explicativa nº 4f - Amortização do ativo intangível; • Nota explicativa nº 9 - Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa "PECLD"; • Nota explicativa nº 17 - Provisão para contingências. 4. Principais políticas contábeis: As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. a. Instrumentos financeiros: (i) Ativos financeiros não derivativos: A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. (a) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado: Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. *Empréstimos e financiamentos*: São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. *Empréstimos e Recebíveis*: Esses são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos. *Caixa e equivalentes de caixa*: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. (ii) Passivos financeiros não derivativos: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, contas/adiantamentos recebidos antecipadamente e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. *Instrumentos financeiros derivativos*: Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2017 e 2016, incluindo operações de hedge. b. Contas a receber: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são ajustadas por provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. c. Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os estoques estão relacionados, principalmente, a medicamentos para serem utilizados junto aos pacientes atendidos nos hospitais. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado. d. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários foram constituídos por decisão do Conselho de Administração e sua constituição e manutenção está prevista no estatuto social e tem como objetivo preservar o capital, gerar receitas financeiras por meio de aplicações de liquidez imediata realizadas com bancos de primeira linha, além de promover sustentabilidade financeira da Entidade. e. Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado filiais próprias: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e provisão para redução ao valor recuperável desses bens. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil. (ii) Reconhecimento e mensuração - Imobilizado filiais OSS: Os itens do ativo imobilizado da Entidade são bens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido integralmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou de outros fatores específicos. (iii) Depreciação: A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, valor substituto do custo, ou valor de construção, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Exceto para terrenos, construções e outros ativos em andamento e importações em andamento que não são depreciados. Bens adquiridos e intangíveis, construções em andamento e importações em andamento são classificados nas respectivas categorias do sistema de imobilizado, de acordo com sua natureza, e, quando concluídos e prontos para o uso, neste momento, tem início a depreciação ou a amortização. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Aparelhos de medicina	9 anos
Veículos	5 anos
Outros ativos	6 anos
Móveis e máquinas e equipamentos e esculturas	10 anos
Instrumentos de energia	10 anos
Instalações	11 anos
Edificações	45 anos
Benfeitorias	26 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. f. Intangível: *Reconhecimento, mensuração e amortização*: O ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se o método linear à taxa de 20% ao ano. g. Redução ao valor recuperável (*impairment*): *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*: Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. h. Mensalidades recebidas antecipadamente: As matrículas do ano letivo seguinte iniciam-se no final do exercício social em curso, consequentemente são recebidas como mensalidades antecipadas, no passivo circulante, aquelas mensalidades recebidas no exercício social em curso, sendo reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência. i. Passivos circulante e não circulante: Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. j. Benefícios a empregados de curto prazo: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Associação tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. k. Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. l. Demais ativos circulantes e não circulantes: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias ocorridas até a data dos balanços. m. Patrimônio líquido: Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição e são utilizados integralmente nos objetivos sociais da Entidade. n. Receita operacional: (i) Receita com Contrato de Gestão e Operacionalização de serviços: A Entidade qualificada como Organização Social de Saúde, celebra Contratos de Gestão e Operacionalização, denominados "Contratos de Gestão e Operacionalização", para a prestação de serviço de saúde no âmbito Estadual e Municipal, relacionados aos contratos de gestão e operacionalização vigentes. As legislações estadual e municipal, regulamentam as parcerias com entidades filantrópicas, qualificadas como Organizações Sociais de Saúde (OSS) e que, em decorrência dessa qualificação, possuem direito de firmar Contrato de Gestão e Operacionalização de Serviços com as Secretarias de Saúde. Visando o gerenciamento de hospitais e unidades de saúde, denominados "equipamentos públicos", as legislações determinam que esses equipamentos públicos gerenciados pelas OSS atendam exclusivamente aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A remuneração dos Contratos de Gestão e Operacionalização de serviços é definida para cada equipamento público, de acordo com suas características de atendimento, um orçamento de custeio pré-fixado, baseado em um sistema de custos referente à realização de procedimentos das principais áreas de atuação do equipamento público e aos indicadores de avaliação do serviço, ou seja, conforme preconizado na contratualização de serviços no SUS, sendo estabelecidas metas quantitativas (internações e atendimentos ambulatoriais) e metas qualitativas para o acompanhamento do modelo SUS, humanização, entre outros. O Contrato de Gestão e Operacionalização contempla a opção de renovação. Ao final do período de gestão, os bens retornam à propriedade do Poder Concedente e a Entidade não terá mais envolvimento em suas exigências de operação ou manutenção. A receita de prestações de serviços é gerada com base no Contrato de Gestão. O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. (ii) Prestação de serviços - Saúde médico-hospitalar: As receitas com serviços prestados no segmento de saúde englobam as contraprestações provenientes das operações com Sistema Único de Saúde (SUS), convênios/planos de assistência à saúde, atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios. Estas receitas são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando o valor puder ser mensurado de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre as receitas. As receitas com as contraprestações são apropriadas pelo valor correspondente ao custo diário "pro rata dia" do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura. As receitas com atendimento de serviços - saúde médico-hospitalar são apropriadas pelo regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. (iii) Prestação de serviços - Educação: As receitas incluem mensalidades do ensino infantil, fundamental e médio, outras prestações de serviço de ensino, além da taxa de inscrições. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados de acordo com o regime de competência. (iv) Prestação de serviços - Assistência Social: A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de crianças, adolescentes, adultos e idosos. A receita com a prestação de serviços no segmento de assistência social, refere-se às mensalidades de serviços de moradia/hospedagem e pós-cirurgia, voltados principalmente para o público da terceira idade. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados de acordo com o regime de competência. o. Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros e aplicações financeiras, são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos de acordo com o regime de competência. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e despesas bancárias e são reconhecidas pelo regime de competência. p. Receita com trabalho voluntário: Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos de administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receitas no grupo de receitas operacionais das atividades de saúde, educação e assistência social em contrapartida nas despesas de cada respectivo segmento operacional. Em 31 de dezembro de 2017 a Entidade registrou o montante de R$ 3.250 (R$ 3.847 em 2016), referente aos trabalhos voluntários. q. Operações descontinuadas: Uma operação descontinuada é um item que é parte de negócios da Entidade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente separados do resto da Entidade. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações de resultados e de resultados abrangentes comparativos são reapresentados como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do período comparativo. A demonstração de resultado do exercício e demonstração do fluxo de caixa das operações descontinuadas são apresentadas conforme nota explicativa nº 7. r. Gerenciamento de risco financeiro: A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco cambial; • Risco de taxa de juros; • Risco de liquidez. A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para mensuração e gerenciamento de risco na nota explicativa nº 26. *Estrutura do gerenciamento de risco*: As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. s. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada. (i) IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros): O CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39. A IFRS 9 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs. *Classificação*: O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa. O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A Entidade não considera que os novos requerimentos de classificação de instrumentos financeiros ativos teriam um impacto significativo na contabilização. *Redução no valor recuperável (Impairment)*: A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Entidade acredita que as perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber deverão aumentar conforme item (iii) abaixo. *Transição*: A Entidade aguardará a previsão de referida norma contábil, não reapresentará as informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão reconhecidas nos superávits acumulados em 1º de janeiro de 2018. (ii) IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contrato com Cliente): O CPC 47 / IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. A IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 - Receitas, CPC - 17 Contratos de Construção e a CPC - 30 Interpretação A (IFRIC 13) - Programas de Fidelidade com o Cliente. As receitas da Entidade incluem principalmente: (i) recursos financeiros provenientes do Poder público para execução do objeto do Contrato de Gestão para a prestação serviços de saúde, (ii) receitas com serviços prestados no segmento de saúde que englobam as contraprestações provenientes das operações com Sistema Único de Saúde (SUS), convênios/planos de assistência à saúde, atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios, (iii) receitas que incluem mensalidades do ensino infantil, fundamental e médio e (iv) receita com a prestação de serviços no segmento de assistência social, referem-se as contribuições de serviços de moradia/hospedagem e pós-cirurgia. A receita é reconhecida em conformidade com o regime contábil de competência. Este pronunciamento deverá ser aplicado para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. *Transição*: A Entidade planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial 1º de janeiro de 2018. A Entidade não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado. (iii) Impacto estimado da adoção do CPC 48 / IFRS 9 e CPC 47 / IFRS 15: A Entidade preparou uma avaliação prévia dos efeitos da adoção destas normas. As diferenças na aplicação do CPC 47 / IFRS 15 sobre o reconhecimento de receita e das contas a receber estão demonstradas abaixo. O impacto estimado da adoção destas normas sobre o patrimônio da Entidade em 1º de janeiro de 2018 baseia-se em avaliações realizadas até a data de emissão destas demonstrações financeiras e está resumido abaixo. Os impactos reais da adoção das normas em 1º de janeiro de 2018 podem ser diferentes pois: • A Entidade não finalizou a mensuração de todos os efeitos da variabilidade da receita do SUS, pois depende ainda de ajustes em seus controles e sistemas de TI; e • As novas políticas contábeis estão sujeitas a alterações até que a Entidade apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data de aplicação inicial. Até a data de publicação das demonstrações financeiras, os impactos estimados pela Administração pela adoção do CPC 47 foram os que seguem:

Ativo	31 de dezembro de 2017	Ajustes da adoção dos CPCs 47 e 48	1º de janeiro de 2018
Circulante	615.339	(24.200)	591.139
Não circulante	1.009.690	-	1.009.690
Total do ativo	1.625.029	(24.200)	1.600.829
Passivo			
Circulante	332.551	-	332.551
Não circulante	139.639	-	139.639
Patrimônio líquido	1.152.839	(24.200)	1.128.639
Total do passivo e patrimônio líquido	1.625.029	(24.200)	1.600.829

O ajuste total estimado no saldo de abertura do patrimônio líquido da Entidade, em 1º de janeiro de 2018, é de R$ 24.200. Os principais componentes do ajuste estimado para receita e contas a receber são: *Receita*: Redução de R$ 4.604 no superávit acumulado devido à inclusão, na receita de 2017, de uma estimativa de variabilidade da receita por conta da expectativa de rejeições de contas de convênios e do SUS. Para mensurar este efeito, a Entidade calculou um índice médio histórico durante o período de 1º de janeiro de 2015 até 31 de dezembro de 2017. Os cálculos foram feitos individualmente para todas as filiais da Entidade; *Contas a receber*: Redução de R$ 19.596 no superávit acumulado devido à inclusão de novos critérios de provisionamento de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, critérios estes que passaram a levar em conta o risco de perdas para o período de realização (ciclo de vida do título) das contas a receber. O estudo elaborado assumiu a seguinte premissa: as contas a receber do segmento da saúde, ao atingirem maturidade acima de 180 dias, bem como as contas a receber do segmento de educação e da assistência, ao atingirem idade acima de 360 dias, são consideradas sem expectativa de recuperação, salvo por acionamento judicial. Assim sendo, a Entidade calculou um índice que relaciona a receita histórica e a probabilidade de parte dela envelhecer e alcançar as referidas maturidades, logo, sendo consideradas contas para expectativa de recuperação. A Entidade, então, construiu o seguinte índice. • Índice médio de perda implícita no curto prazo: Indicador da perda esperada desde o reconhecimento inicial das contas a receber, que considera as faixas de aging list a partir de a vencer e vencidas até 180 dias. • % de Títulos vencidos: valores vencidos acima de 180 dias (saúde) ou 360 dias (educação e assistência) / Receita faturada, acumulada e analisada até o período. As estimativas foram feitas individualmente para todas as filiais da Entidade, as quais receberam seus índices particulares a serem aplicados às faixas do aging list correspondentes aos valores a vencer e vencidos até 180 dias (saúde) ou 360 dias (educação e assistência). (iv) IFRS 16 Leases (Arrendamentos): A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial desta. A Entidade não concluiu as análises dos efeitos da adoção desta norma, porém, não espera que a aplicação resulte em impacto significativo. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5. Determinação do valor justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Entidade exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos divulgados nas notas explicativas nºs 2 e 26. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. 6. Segmentos operacionais: As informações por segmentos estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 22 - Informações por Segmento e são apresentadas em relação às áreas de atuação da Entidade e suas filiais que foram identificadas com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Entidade. A Entidade possui três segmentos reportáveis, conforme descrito abaixo, que são as áreas de atuação da Entidade. As unidades mantidas oferecem diferentes produtos e serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das mantidas, a Entidade analisa os relatórios internos frequentemente. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos reportáveis da Entidade: • Saúde - A Entidade oferece assistência médico-hospitalar e ambulatorial, considerando o conjunto das Casas, conforme abaixo nominadas. A Entidade mantém: • Unidades próprias - Hospital Santa Catarina (SP), Casa de Saúde São José (RJ), Hospital São José (RJ), Hospital Santa Teresa (RJ), Hospital Madre Regina Protmann (ES), Hospital São Luiz (MT), Hospital de Clínicas Nossa Senhora da Conceição (RJ), Hospital Amparo Maternal (SP), Hospital São José e Maternidade Chiquinha Gallotti (SC), Hospital Santa Isabel (SC) e Hospital Nossa Senhora da Conceição (SC). • Organizações Sociais de Saúde (OSS) - Hospital Dr. Benício Tavares Pereira - Estadual Central (ES), Ambulatório Médico de Especialidade Itapevi (SP), Centro de Referência do Idoso da Zona Norte (SP), OS - Santa Catarina (SP). • Educação - Unidades que estão inseridas na educação básica oferecendo educação infantil-creche, fundamental e médio, além de curso de ensino profissionalizante e EJA - Educação para Jovens e Adultos. A Entidade mantém: Colégio Santa Catarina (SP), Colégio Santa Catarina (MG), Colégio Santa Catarina (RJ), Colégio Santa Catarina (GO), Creche Monteiro Lobato (MG), Escola Santa Catarina (RS), Creche São José do Itamarati (RJ). • Assistência social - A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de crianças, adolescentes, adultos e idosos, que são desenvolvidos nas seguintes Casas: Lar Madre Regina (SP) e Obra Social Santa Catarina (MG). São desenvolvidos projetos socioassistenciais nas Casas: Colégio Santa Catarina (RJ) e Hospital Madre Regina Protmann (ES). No quadro abaixo, são demonstrados os resultados dos segmentos operacionais da Entidade, que são: (i) locais de desenvolvimento de atividades de negócios, que obtêm receitas e geram despesas; (ii) têm seus resultados revisados pelo corpo executivo responsável pela tomada de decisões e alocações de recursos e (iii) onde esteja informação financeira diferenciada. A forma de avaliação por segmento permite o acompanhamento do desempenho das margens em separado dos diversos serviços oferecidos, dando suporte para as decisões dos executivos da Entidade. Informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão incluídas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento, como incluído nos relatórios internos que são analisados pelos executivos da Entidade. As informações sobre segmentos reportáveis: Quadro 1 - Receitas segmentos operacionais

	Saúde 2017	Saúde 2016	Educação 2017	Educação 2016	Assistência social 2017	Assistência social 2016	Total 2017	Total 2016
Receitas operacionais líquidas	1.490.106	1.719.644	51.733	47.271	480	467	1.932.919	1.837.382
Receita segmentos operacionais	2.244	2.392	990	1.178	11	277	3.250	3.847
Receitas operacionais - trabalho voluntário	(25.372)	(30.626)	(8.206)	(7.670)	-	-	(33.553)	(35.296)
(-) Deduções receitas dos segmentos	1.557.588	1.361.410	44.507	40.779	491	344	1.902.586	1.602.933
Custos e despesas operacionais								
Custos e despesas operacionais	(1.483.799)	(1.535.239)	(39.654)	(35.647)	(6.672)	(5.711)	(1.932.116)	(1.939.597)
Custos e despesas operacionais - trabalho voluntário	(2.259)	(2.392)	(980)	(1.178)	(11)	(277)	(3.250)	(3.847)
(Déficit) superávit operacional bruto	(30.461)	(139.221)	3.673	3.954	(6.192)	(5.244)	(32.780)	(140.511)
Despesas operacionais								
Ganho na combinação de negócios SDP	110.876	-	-	-	-	-	110.876	-

ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - CNPJ 60.922.168/0001-86

	Saúde 2017	Saúde 2016	Educação 2017	Educação 2016	Assistência Social 2017	Assistência Social 2016	Total 2017	Total 2016
Outras receitas operacionais	67.291	27.267	1.241	1.596	1.575	1.417	[illegible]	25.320
Superávit (déficit) operacional antes do resultado financeiro	147.706	(116.914)	5.156	5.550	(1.654)	(3.427)	149.235	(115.191)
Resultado financeiro, líquido								
Receitas financeiras	49.529	52.299	396	350	6	3	50.021	52.652
Despesas financeiras	(4.277)	(4.751)	(625)	(776)	(5)	(3)	(4.927)	(5.530)
	45.332	47.548	(229)	(426)	1	-	45.094	47.122
Superávit (déficit) do exercício, operações continuadas	193.038	(69.366)	4.917	5.124	(3.653)	(3.427)	194.302	(65.069)
Operações descontinuadas	(13.868)	(7.460)	-	(3.247)	-	(60)	(13.868)	(10.767)
Superávit (déficit) do exercício, operações continuadas	179.170	(76.826)	4.917	1.877	(3.653)	(3.487)	180.434	(75.836)

Quadro 2 a - Balanço patrimonial segmentos operacionais - Ativo

Ativo	Saúde 2017	Saúde 2016	Educação 2017	Educação 2016	Assistência Social 2017	Assistência Social 2016	Total 2017	Total 2016
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	205.769	275.669	186	728	41	32	205.996	276.429
Contas a receber	365.791	363.607	1.950	1.628	3	29	367.734	365.264
Subvenções governamentais	1.048	5.391	-	-	-	-	1.048	5.391
Estoques	26.346	28.779	-	-	-	-	26.346	28.779
Contas a receber dos demais segmentos (a)	-	3.092	3.307	-	-	-	3.307	3.092
Outros créditos	13.497	13.113	679	944	39	272	14.215	15.029
Total ativo circulante	612.441	690.251	6.122	3.300	83	333	619.646	693.984
Não circulante								
Depósitos judiciais	35.940	24.724	99	73	18	160	36.057	24.957
Títulos e valores mobiliários	103.756	127.328	-	-	-	-	103.755	127.328
Outros créditos	7.972	7.920	2	2	-	-	7.974	7.922
Imobilizado	810.596	575.994	34.036	35.338	4.033	4.491	849.665	615.723
Intangível	12.313	6.392	122	138	1	2	12.436	6.532
Total do ativo não circulante	970.579	737.358	34.259	35.471	4.852	4.653	1.009.690	777.482
Total do ativo	1.583.020	1.427.309	40.381	38.771	4.935	4.986	1.628.336	1.471.466

Quadro 2 b - Balanço patrimonial segmentos operacionais - Passivo e patrimônio líquido

Passivo	Saúde 2017	Saúde 2016	Educação 2017	Educação 2016	Assistência social 2017	Assistência social 2016	Total 2017	Total 2016
Circulante								
Fornecedores	113.191	125.038	278	403	72	60	113.541	125.501
Empréstimos e financiamentos	776	787	-	-	-	-	776	787
Obrigações sociais e trabalhistas	130.625	132.386	3.144	2.850	427	428	134.196	135.964
Obrigações tributárias	15.204	15.642	439	282	64	71	15.707	16.095
Subvenções governamentais	8.717	11.855	-	7	-	-	8.717	11.862
Mensalidades recebidas antecipadamente	-	-	2.274	2.213	-	-	2.274	2.213
Contas a pagar aos demais segmentos (a)	77	-	-	1.230	3.230	1.862	3.307	3.092
Outras contas a pagar	54.026	52.739	3.243	2.674	71	77	57.340	55.490
Total do passivo circulante	322.616	341.647	9.378	10.189	3.864	2.568	335.858	354.404
Não circulante								
Parcelamento de impostos e tributos	-	228	-	-	-	-	-	228
Provisão para contingências	74.137	49.841	153	264	439	8	74.729	50.113
Empréstimos e financiamentos	707	1.482	-	-	-	-	707	1.482
Subvenções governamentais a realizar	23.519	7.608	78	1	-	-	23.597	7.609
Bens públicos em nosso poder	24.506	34.129	-	-	-	-	24.506	34.129
Outras contas a pagar	16.050	51.433	-	-	-	-	16.050	51.433
Total do passivo não circulante	138.909	140.481	731	265	439	8	139.639	140.754
Total do passivo	461.525	482.128	9.609	10.454	4.303	2.576	475.497	495.158
Patrimônio líquido								
Patrimônio social	923.525	1.033.933	25.786	26.349	4.238	6.311	953.573	1.036.596
Reserva de reavaliação	17.945	10.731	68	77	-	-	18.017	15.908
Superávit (déficit) acumulado	120.709	(77.095)	4.917	1.892	(5.654)	(5.901)	121.963	(79.098)
Superávit acumulado - OSS	59.262	-	-	-	-	-	59.262	-
Total do patrimônio líquido	1.121.495	945.580	30.771	28.318	632	2.410	1.152.839	976.308
Total do passivo e patrimônio líquido	1.583.020	1.427.709	40.381	38.771	4.935	4.986	1.628.336	1.471.466

(a) Contas a receber e a pagar aos demais segmentos. Os segmentos operacionais da Entidade transacionam valores entre si, os quais são registrados em contas a receber e a pagar entre os segmentos. Na consolidação, tais valores são eliminados. No entanto, no balanço patrimonial por segmento, tais montantes devem ser apresentados para representar os direitos e obrigações internos de cada segmento. A seguir, uma conciliação do balanço patrimonial que consolida todos os segmentos e o balanço patrimonial por segmento.

	2017	2016
Ativo no balanço consolidado	1.625.029	1.468.374
Contas a receber - educação	3.307	-
Contas a receber - saúde	-	3.092
Ativo no balanço por segmento	1.628.336	1.471.466
Passivo no balanço consolidado	1.625.029	1.468.374
Contas a pagar - saúde	77	-
Contas a pagar - assistência social	3.230	1.862
Contas a pagar - educação	-	1.230
Passivo no balanço por segmento	1.628.336	1.471.466

7. Operações descontinuadas: Conforme nota explicativa nº 2a, a Entidade descontinuou durante o exercício de 2017 as seguintes filiais OSS da área de saúde: Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Sul - SP; Complexo Estadual de Saúde - Hospital Estadual Alberto Torres com Centro de Trauma e Hospital Estadual Prefeito João Batista Caffaro - RJ; Hospital Regional de Cáceres - Dr. Antônio Fontes - MT; e Polo de Atenção Intensiva em Saúde Mental - SP. a. Demonstração do resultado do exercício. As operações que foram descontinuadas não eram anteriormente classificadas como operação descontinuada ou como mantidas para venda. A demonstração do resultado do período comparativo está sendo reapresentada para apresentar as operações descontinuadas separadamente das operações continuadas.

	2017	2016
Receitas operacionais líquidas		
Receitas operacionais - Saúde	260.045	389.548
Receitas operacionais - Educação	-	-
Receitas operacionais - Assistência	-	14.123
Receitas operacionais - trabalho voluntário	1	2
	260.046	403.673
Custos e despesas operacionais		
Custos e despesas operacionais - Saúde	(274.914)	(398.292)
Custos e despesas operacionais - Educação	-	(3.293)
Custos e despesas operacionais - Assistência	-	(12.991)
Custos e despesas operacionais - trabalho voluntário	(1)	(2)
	(274.915)	(414.578)
Déficit operacional bruto	(14.869)	(10.905)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		
Outras receitas e despesas operacionais	711	279
Déficit operacional antes do resultado financeiro	(14.158)	(10.626)
Resultado financeiro, líquido		
Receitas financeiras	1.028	1.220
Despesas financeiras	(738)	(1.361)
	290	(141)
Déficit do exercício das operações descontinuadas	(13.868)	(10.767)

b. Demonstração dos fluxos de caixa: A Entidade decidiu apresentar a demonstração do fluxo de caixa analisando todos os fluxos de caixa incluindo as operações continuadas e descontinuadas. Os valores relacionados às operações descontinuadas estão apresentados abaixo:

	2017	2016
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	5.455	1.710
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(21)	(4.494)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	21	3.704
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa nas operações descontinuadas	5.455	920

8. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa fundo fixo	250	206
Banco conta movimento	2.486	5.927
Aplicações financeiras	203.260	270.296
	205.996	276.429

A Entidade mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente enquanto não investidos em atividades ligadas ao seu objeto social. As aplicações financeiras da Entidade não estão sujeitas à incidência de impostos, devido ao fato de a Entidade gozar de imunidade de tributos federais. A Entidade, na data das demonstrações financeiras, possuía saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa com utilização restrita, que são os saldos de: (a) Saldos de caixa e equivalentes de caixa das filiais OSS; (b) Os saldos bancários que registram recursos obtidos por emendas (também entendidos como subvenções governamentais) nas filiais da Entidade consideradas como unidades próprias; (c) Os montantes de caixa e equivalentes de caixa oriundos de doações com utilização definida pelo doador; (d) Os saldos bancários bloqueados judicialmente. Os saldos significativos de caixa e equivalentes de caixa com utilização exclusiva estão expostos no quadro abaixo:

Caixa e equivalentes de caixa com destinação	2017
Saldos das unidades OSS	23.348
Recursos oriundos de subvenções	13.195
Verbas obtidas com restrição por processo licitatório	1.052
Total	59.399

As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos está atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O rendimento médio aproximado em 2017 foi de 9,73% e a (14,14% e em 2016). A Entidade mantém a parcela disponível dos superávits dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não tem destinação em atividades ligadas ao seu objeto social. A exposição da Entidade a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros é divulgada na nota explicativa nº 26.

9. Contas a receber

Ativo circulante	2017	2016
Saúde		
Pacientes convênios	297.343	274.942
Pacientes SUS	108.692	250.694
Pacientes particulares	12.745	25.234
	418.780	550.870
Créditos a Faturar		
Créditos a faturar (a)	60.517	43.788
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	(113.536)	(231.051)
	365.761	363.607
Educação		
Contas a receber alunos	2.553	1.899
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(613)	(271)
	1.950	1.628
Assistencial social		
Créditos a receber	3	29
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	-	-
	3	29
	367.734	365.264

Ativo não circulante	2017	2016
Saúde		
Pacientes convênios - jurídico	60.795	58.752
Pacientes SUS - jurídico	83.790	13.018
Pacientes particulares - jurídico	46.790	40.231
Outras cobranças judiciais	44.335	431
	235.710	112.432
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(235.710)	(112.432)
	-	-
Assistência social		
Créditos a receber - jurídico	122	122
Outras cobranças judiciais	145	-
	267	122
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(267)	(122)
	-	-

(a) Representa o direito proveniente da prestação de serviços às operadoras de planos de saúde e a pacientes particulares registrados no resultado de acordo com a competência da prestação do serviço. A apropriação da receita e custos incorridos que estão relacionados aos ativos contingentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são registrados no resultado de acordo com o período contábil de competência da prestação do serviço.

Aging list das contas a receber

	2017	2016
A vencer		
Títulos a vencer	253.419	213.703
Vencidos		
Até 30 dias	36.233	75.854
Entre 31 e 60 dias	19.812	36.799
Entre 61 e 90 dias	18.405	34.700
Entre 91 e 180 dias	37.864	111.777
Acima de 181 dias	351.857	235.341
Subtotal contas a receber	717.880	709.341
(-) Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (PECLD)	(350.146)	(343.677)
	367.734	365.264

Metodologia de provisionamento para Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD): A provisão para perdas com Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos títulos a receber, levando-se em consideração análise quantitativa e qualitativa individual dos recebíveis, bem como os títulos vencidos há mais de 180 dias, corrigida de provisão em montantes suficientes para cobertura de eventuais perdas por não recebimento. A Entidade tem como procedimento rever tais provisões mensalmente e fins de serem ajustadas, se necessário, adotando o critério de análise individual de sua carteira de clientes.

Movimentação da provisão estimada de liquidação duvidosa

Saldo em 1º de janeiro de 2016	(180.050)
Incremento de provisão para perdas no exercício	(215.021)
Reversão de provisão para perdas no exercício	41.857
Baixa efetiva de títulos vencidos	10.517
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(343.677)
Incremento de provisão para perdas no exercício	(140.732)
Reversão de provisão para perdas no exercício	134.223
Baixa efetiva de títulos vencidos	240
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(350.146)

A perda por redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2017 é relacionada a clientes que indicaram que não devem pagar seus saldos em aberto.

10. Subvenções governamentais: Correspondem a valores ativos e passivos de subvenções para aquisição de ativos imobilizados e subvenções obtidas para custeamento de atividades médicas de terceiros, folha de pagamento, energia elétrica, estoques e para cobertura de demais despesas necessárias ao provimento de serviços de saúde do SUS.

11. Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários foram constituídos com os objetivos de preservar o capital e de promover a rentabilidade financeira da Entidade e assim compostos:

Instituição	Instrumento	Prazo	Índice	2017	2016
Bradesco	LFT Tesouro Selic	2022	Selic 100%	53.545	-
Safra	TCM Renda Fixa	2021	CDI 112%	50.210	46.075
Geração Futuro	NTN-B - IPCA	2019	IPCA + 5,95%	-	30.476
BNP Paribas	BNP Paribas	2018	CDI 104,5%	-	45.777
				103.755	122.328

12. Ativo imobilizado e intangível

Custo	Terrenos	Edificações	Instalações	Aparelho de medicina	Instrumentos de energia	Móveis e máquinas	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias	Outros ativos	Construções e outros ativos em andamento	Importações em andamento	Direito de uso de software	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	131.714	213.206	35.100	137.333	26.392	114.616	1.271	55.351	259.117	832	17.165	8.214	25.318	1.052.166
Adições	909	1.509	2.045	11.992	630	3.563	14	3.478	4.155	13	21.759	6.067	1.205	62.269
Baixas	(6)	-	(370)	(3.340)	(273)	(3.971)	(101)	(533)	(1.520)	(102)	(954)	-	(133)	(11.341)
Provisão para redução ao valor de ativos (a)	-	-	(153)	(761)	(2.419)	(2.665)	-	(616)	-	(2)	-	-	(350)	(6.996)
Cessão de uso de bens pelas Secretarias de Saúde (b)	-	-	-	115	-	306	-	3	-	-	-	-	-	424
Transferências	(343)	436	(14)	5.136	833	651	60	109	7.725	(5)	(8.541)	(6.174)	253	171
Saldo em 31 de dezembro de 2016	132.269	220.153	37.599	150.575	25.163	112.593	1.242	57.812	269.477	740	29.372	8.107	26.293	1.096.695
Adições	-	1.315	681	15.654	1.172	6.804	225	5.257	1.703	199	74.378	27.710	5.767	140.534
Baixas	-	-	(355)	(2.845)	(2.797)	(7.725)	(142)	(1.600)	(605)	(18)	-	-	(462)	(12.507)
Reversão da provisão para redução ao valor de ativos (a)	-	-	81	334	2.420	1.325	-	39	-	2	-	-	-	4.231
Cessão de uso de bens pelas Secretarias de Saúde (b)	-	-	-	425	12	501	-	5	-	-	-	-	1	947
Incorporação dos bens da Sociedade Divina Providência (c)	55.334	63.160	-	24.441	596	5.457	162	1.125	927	68	292	-	143	151.709
Devolução de ativos para as Secretarias de Saúde (d)	-	-	(1.086)	(3.477)	(91)	(277)	-	(1.137)	(1.724)	-	(673)	-	(1.139)	(9.799)
Ajuste de cisão dos bens da Creche São José do Itamarati	-	-	(20)	-	-	(95)	(24)	(11)	-	-	-	-	-	(150)
Doações recebidas de outras entidades (e)	-	-	3	309	215	71	-	14	-	-	78	-	-	629
Transferências	-	166.903	769	3.364	2.714	(117)	-	174	(117.462)	252	(51.207)	(9.464)	3.790	(584)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	187.603	451.531	37.931	208.174	29.403	127.482	1.463	41.705	151.816	1.213	51.940	26.353	34.395	1.371.705
Depreciação														
Saldo em 1º de janeiro de 2016	-	(93.792)	(35.656)	(96.160)	(12.904)	(67.176)	(984)	(22.719)	(86.873)	(555)	-	-	(17.610)	(434.449)
Depreciação no período	-	(8.897)	(3.826)	(11.212)	(2.079)	(7.806)	(106)	(4.160)	(10.123)	(15)	-	-	(2.570)	(50.794)
Baixas	-	-	355	4.293	166	2.709	84	501	334	101	-	-	69	8.612
Provisão para redução ao valor de ativos (a)	-	-	65	427	-	1.347	-	557	-	1	-	-	770	3.767
Cessão de uso de bens pelas Secretarias de Saúde (b)	-	-	-	(111)	-	(292)	-	(2)	-	-	-	-	-	(405)
Transferências	-	-	-	(245)	57	48	(60)	37	-	(8)	-	-	-	(171)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(102.689)	(39.062)	(103.098)	(14.760)	(71.170)	(1.066)	(25.786)	(96.662)	(476)	-	-	(19.341)	(474.420)
Depreciação no período	-	(4.475)	(3.574)	(15.828)	(2.280)	(6.234)	(59)	(4.998)	(4.616)	(57)	-	-	(3.325)	(45.549)
Baixas	-	-	225	2.197	251	2.450	175	1.467	198	4	-	-	450	7.376
Devolução de ativos para as Secretarias de Saúde (d)	-	-	297	283	33	70	-	700	173	-	-	-	640	2.196
Transferências	-	(52.729)	-	-	2	629	-	(6)	52.739	(63)	-	-	17	584
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(159.893)	(42.114)	(116.256)	(16.754)	(74.255)	(950)	(28.623)	(48.170)	(592)	-	-	(21.959)	(509.800)
Valor contábil														
Em 31 de dezembro de 2016	132.269	117.464	15.537	47.467	10.403	45.423	176	12.026	172.815	264	29.372	8.107	6.352	622.275
Em 31 de dezembro de 2017	187.603	291.638	15.817	41.918	12.649	53.127	473	13.080	103.646	621	51.940	26.353	12.436	861.905

ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - CNPJ 60.922.168/0001-86

(a) Durante o exercício de 2016, a Entidade descontinuou as atividades do Hospital de Traumato-Ortopedia Dona Lindu (RJ) - "HTO", que passaram a ser geridas por outra entidade jurídica devidamente nomeada pelo Estado do Rio de Janeiro. Na data da transferência da administração, a Entidade deixou de controlar os ativos imobilizados e intangíveis acima demonstrados alocados na operação do HTO, porém, de sua propriedade. A Entidade iniciou negociação com a entidade jurídica que assumiu o HTO para a venda desses ativos. A Administração da Entidade considerou, na época, baixa a expectativa de recebimento e/ou devolução dos ativos, e julgou necessário constituir perda no valor de recuperável correspondente ao total líquido dos bens (custo histórico menos depreciação e amortização acumuladas). Durante o ano de 2017, a Entidade, sem lograr êxito nas negociações, baixou os referidos ativos, revertendo a provisão feita anteriormente, bem como ajuizou ação de indenização por tais perdas. (b) No ano de 2017, a Entidade recebeu, por cessão de uso, bens das Secretarias de Saúde dos estados de São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro: aparelhos de medicina, instrumentos de cirurgia, móveis e equipamentos de processamentos de dados no valor líquido de R$ 947. As cessões foram contabilizadas considerando o valor de custo e depreciação acumulada históricos, conforme termos de cessão emitidos pelas referidas Secretarias. (c) Conforme evidenciado na nota explicativa nº 2c, a Entidade incorporou os ativos imobilizado e intangível da Sociedade Divina Providência pelo seus valores justos correspondentes ao montante de R$ 151.709, conforme laudo emitido pela Bernanci Assessoria e Consultoria em Gestão Empresarial Ltda., que emitiu laudo de avaliação em setembro de 2017. As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o montante de valor justo dos bens estão evidenciadas na mencionada nota explicativa nº 2c. (d) Conforme citado na nota explicativa nº 2a, durante o exercício de 2017, a Entidade descontinuou as operações das filiais OSS correspondentes ao Complexo Estadual de Saúde - Hospital Estadual Alberto Torres com Centro de Trauma e Hospital Estadual Prefeito João Batista Caffaro - RJ. Ao descontinuar estas operações, a Entidade devolveu os ativos que vinham sendo tratados sob subvenção. O valor líquido da devolução somou R$ 7.601 e foi contabilizado em contrapartida da conta "bens públicos em nosso poder", no passivo não circulante. (e) No ano de 2017, a Entidade recebeu doações de bens vindos de entidades privadas: aparelhos de medicina, instrumentos de cirurgia, móveis e máquinas e equipamentos de processamento de dados. Todos esses bens foram avaliados a valor justo e a receita correspondente reconhecida no resultado.

Ativo imobilizado e intangível - Apresentação entre ativos próprios e Organização Social de Saúde (OSS)

	2017			2016		
Custo	OSS	ACSC	Total	OSS	ACSC	Total
Terrenos	-	137.663	137.663	-	132.269	132.269
Edificações		451.531	451.531		220.153	220.153
Instalações	1.821	56.110	57.931	2.903	54.696	57.599
Aparelho de medicina	12.016	196.858	208.874	15.501	155.374	170.875
Instrumento de cirurgia	1.094	28.309	29.403	1.099	24.064	25.163
Móveis e máquinas	12.130	115.352	127.482	12.954	104.639	117.593
Veículos	166	1.295	1.461	166	1.076	1.242
Equipamentos processamento de dados	3.621	38.082	41.703	5.330	32.483	37.813
Benfeitorias	16.328	135.488	151.816	18.656	250.821	269.477
Bens adquiridos a imobilizar	19	6.982	7.001	96	10.981	11.077
Construções e outros ativos em andamento	-	71.292	71.292	673	25.729	26.402
Outros ativos	16	1.197	1.213	20	720	743
Direito de uso de software	1.370	33.025	34.395	2.959	23.334	26.293
Saldo em 31 de dezembro	48.581	1.323.124	1.371.705	60.357	1.036.335	1.096.692
Depreciação						
Edificações	-	(159.893)	(159.893)	-	(102.689)	(102.689)
Instalações	(1.315)	(40.799)	(42.114)	(1.443)	(37.819)	(39.262)
Aparelho de medicina	(7.663)	(108.693)	(116.356)	(7.124)	(95.970)	(103.094)
Instrumento de cirurgia	(809)	(15.945)	(16.754)	(759)	(14.001)	(14.760)
Móveis e máquinas	(7.057)	(67.298)	(74.355)	(7.398)	(63.772)	(71.170)
Veículos	(166)	(822)	(988)	(166)	(900)	(1.066)
Equipamentos processamento de dados	(2.939)	(25.684)	(28.623)	(3.561)	(21.925)	(25.486)
Benfeitorias	(4.725)	(43.445)	(48.170)	(4.371)	(92.291)	(96.662)
Outros ativos	(13)	(579)	(592)	(11)	(465)	(476)
Direito de uso de software	(1.314)	(20.645)	(21.959)	(2.132)	(17.609)	(19.741)
Saldo em 31 de dezembro	(26.001)	(483.803)	(509.804)	(27.275)	(447.145)	(474.420)
Valor contábil	22.580	839.321	861.901	33.082	589.190	622.272

13. Fornecedores	2017	2016
Fornecedores de materiais e medicamentos (a)	75.851	74.877
Fornecedores de serviços médicos contratados (b)	12.592	30.456
Fornecedores de serviços diversos (c)	25.085	20.561
Outros fornecedores	13	10
	113.541	125.904

(a) Referentes a insumos médico-hospitalares, como medicamentos, próteses, órteses e materiais especiais. (b) Fornecedores a pagar relacionados a honorários médicos especializados, como radiologia, laboratório, bancos de sangue, radioterapia e UTI. (c) Serviços diversos relacionados a manutenção de ativos e sistemas; honorários especializados, como advogados, auditoria, de processos e consultoria de sistemas; serviços de portaria, vigilância e limpeza, conservação e remoção de resíduos hospitalares.

14. Empréstimos e financiamentos

	2017		2016	
Mercado interno	Valor de face	Valor contábil	Valor de face	Valor contábil
Conta garantida - Banco Itaú - Bradesco	-	-	7	7
Leasing equipamento hospitalar - Banco Itaú e Endoscirgical	1.483	1.483	2.262	2.262
Total de empréstimos e financiamentos	1.483	1.483	2.269	2.269
Saldo circulante	776	776	787	787
Saldo não circulante	707	707	1.482	1.482

Os montantes referentes a conta garantida são operações com a finalidade de financiar a Entidade em suas aquisições de equipamentos utilizados em suas operações, e têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2017	2016
2017	-	787
2018	776	776
2019	707	706
	1.483	2.269

Para mais informações sobre a exposição da Entidade a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez decorrentes destes empréstimos e financiamentos, veja nota explicativa nº 26.

15. Obrigações sociais e trabalhistas	2017	2016
Provisão de férias e encargos sociais	68.124	73.560
Salários e ordenados a pagar	34.526	37.594
Encargos sociais	31.546	27.810
	134.196	138.964

16. Outras contas a pagar	2017	2016
Acordo operacional, com cessão de uso de patrimônio (nota explicativa nº 2c)	-	45.067
Repasse médico a pagar	29.768	25.376
Contas a pagar	13.872	13.104
Adiantamentos recebidos (a)	16.050	15.266
Adiantamentos de clientes	3.931	3.032
Cooperativa de funcionários a pagar	2.349	2.134
Aluguéis a pagar	1.492	1.620
Assistência médica a pagar	925	1.126
Cessão a pagar - jurídico	-	198
Total de outras contas a pagar	73.390	106.923
Saldo circulante	57.340	55.490
Saldo não circulante	16.050	51.433

(a) Do montante total, R$ 15.200 foram recebidos do Banco Santander pela cessão do gerenciamento da folha de pagamento de todas as filiais da Entidade. O reconhecimento ao resultado ocorre conforme cumprimento de cláusulas restritivas que versam sobre quantidade mínima de empregados durante o prazo contratual de 60 meses. Pelas cláusulas contratuais, quando do 36º mês de vigência, 30% do montante será reconhecido no resultado, correspondente a R$ 4.560. A partir de janeiro de 2019 a receita deverá ser reconhecida pelo prazo remanescente do contrato, total de 24 meses restantes, no valor de R$ 433 mensais. 17. Provisão para contingências: A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não da constituição de provisão para contingências.

	2017	2016
Provisões para contingências	74.779	50.113

A Entidade em 31 de dezembro de 2017 possuía processos em andamento movidos contra suas filiais, como risco econômico envolvido nesses processos soma o equivalente à R$ 74.779 (R$ 50.113 em 2016) envolvendo causas com risco provável de perda, conforme apresentadas abaixo:

	Saldo inicial 1/1/2016	Adições	Utilização	Estornos	Transferência	Depósito judicial	Saldo final 31/12/2016
Cíveis	27.036	11.705	(791)	(14.122)	(8)	(8)	23.832
Trabalhistas	18.124	16.347	(404)	(7.854)	8	(3)	26.218
Tributário	-	63	-	-	-	-	63
	45.160	28.115	(1.195)	(21.976)	-	(11)	50.113

	Saldo inicial 1/1/2017	Adições	Utilização	Estornos	Transferência	Depósito judicial	Incorporação da Sociedade Divina Providência	Saldo final 31/12/2017
Cíveis	23.832	7.638	(255)	(8.702)	(15)	(7)	21.577	44.068
Trabalhistas	26.218	21.165	(8)	(18.784)	15	-	2.083	30.689
Tributário	63	22	-	(63)	-	-	-	22
	50.113	28.825	(263)	(27.549)	-	(7)	23.660	74.779

• Cíveis - Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade estava envolvida em reclamações cíveis, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R$ 44.068 (R$ 23.832 em 2016) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável. • As ações de natureza cível versam principalmente sobre pedidos de indenização por danos materiais e/ou morais. Baseado na opinião dos nossos assessores jurídicos, para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável, a Entidade constituiu provisão suficiente para o caso de eventual perda, não sendo esperadas perdas além dos valores já provisionados nas demonstrações financeiras. • Trabalhistas - Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade estava envolvida em reclamações trabalhistas, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R$ 30.689 (R$ 26.218 em 2016) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável. • Tributária - Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade estava envolvida em reclamações tributárias, e com base em informações de seus assessores jurídicos, a Administração mantém provisão em montante de R$ 22 (R$ 63 em 2016) para as ações classificadas como sendo de risco de perda provável. Processos com risco de perda possível: A Entidade é parte envolvida em ações de naturezas cível, tributária e trabalhista nos montantes respectivos de R$ 194.910, R$ 8.535 e R$ 57.034 (R$ 296.649, R$ 44.384 e R$ 40.940 em 2016) que foram classificadas como perda possível pelos assessores jurídicos da Entidade, para as quais nenhuma provisão foi constituída, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. • Cíveis - As ações de natureza cível, classificadas como perda possível, versam principalmente sobre pedidos de indenização por danos materiais e/ou morais promovidas por pacientes que alegam erros médicos, inscrição indevida em órgãos de proteção ao crédito e dano moral. As ações estão com prosseguimento regular, onde foram tempestivamente apresentadas às contestações, e outras se encontram em segunda instância aguardando julgamento de recurso, os montantes relacionados aos processos em curso são individualmente pulverizados. • Tributárias - Em relação às ações de natureza tributária de perda de risco possível, a Entidade foi objeto de execuções fiscais em curso no montante de R$ 8.435, valores atualizados até 31 de dezembro de 2017 (R$ 8.415 em 2016), relacionada à negação de imunidade tributária reconhecida sobre o IPTU e demais taxas municipais dos períodos de 1994 a 1999 e 2002 a 2008 em que as taxas não foram recolhidas devido à imunidade da Entidade. Baseado no entendimento dos assessores jurídicos, que tem como base, principalmente, o histórico de sucesso em ações passadas, que a sentença será transitada e julgada a favor da Entidade. • Trabalhistas - Os processos trabalhistas classificados como perda possível, relacionam-se, entre outros quesitos, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora extra, enfermidades e acidentes de trabalho. Os processos encontram-se em diversas instâncias, aguardando julgamento. Com base na avaliação dos assessores jurídicos da Entidade e no acúmulo de alguns julgamentos e negociações que se espera realizar, o montante provisionado é considerado adequado para cobrir perdas prováveis com essas questões. 18. Bens públicos em nosso poder: A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R$ 24.506 (R$ 34.839 em 2016), refere-se aos valores recebidos das Secretarias da Saúde dos Estados de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, e Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo e já empregados na aquisição de ativos imobilizado e intangível, que serão devolvidos às Secretarias quando do término do Contrato de Gestão e Operacionalização. O valor desses ativos está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação ou amortização, que concomitantemente representa os valores do ativo imobilizado e do intangível do Contrato de Gestão, registrado no balanço patrimonial. 19. Tributos e contribuições (renúncia fiscal): Em atendimento ao item 27c da ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucros, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, incidentes sobre a receita (ISS de 5% e PIS/COFINS 3,65% - regime cumulativo deduzido do PIS folha de pagamento recolhido no exercício); e incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSSL 34%). A Entidade não tem a obrigação de escrituração fiscal, tal como, escrituração do LALUR, em função de sua natureza de entidade sem finalidade de lucros. Isenção previdenciária usufruída: Para atender aos requisitos da legislação pertinente, a Entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando suas contribuições sociais usufruídas com base na Lei nº 8.212/91, em sua redação primitiva. Estes valores equivalem à Isenção Usufruída - INSS. As declarações de imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas a revisão e a aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. 20. Patrimônio líquido: a. Patrimônio social: O patrimônio social da Entidade é empregado integralmente nos objetivos sociais e formado pelos superávits e/ou déficits acumulados. b. Reserva de capital - reavaliação: Refere-se a reavaliação de prédios e edifícios, que a Administração optou em manter até a sua total realização. c. Reserva de superávits - OSS: A Entidade deliberou, e registrou tal decisão em reunião do Conselho de Administração, pela constituição de uma reserva correspondente aos saldos acumulados superávits das filiais OSS. A Entidade baseou essa decisão na perspectiva de que eventuais superávits acumulados nas filiais OSS, ao término dos contratos, são devolvidos às correspondentes Secretarias de Saúde, representados pelos ativos de tais filiais na data do término do Contrato de Gestão. 21. Receitas operacionais líquidas - saúde, educação e assistência Social

	2017	2016
Receitas operacionais - Saúde		
Pacientes de convênios	1.191.689	1.129.406
Pacientes particulares	66.931	76.076
Pacientes de SUS - Internados	259.853	240.605
Pacientes de SUS - Exames e pronto atendimento	22.942	24.069
Contrato de Gestão e Operacionalização (a)	329.314	301.933
Depreciação de "bens públicos em nosso poder" (b)	3.522	4.452
Outras receitas operacionais	1.425	13.503
	1.880.706	1.789.644
Deduções - Saúde		
Rejeição/glosa de convênio	(21.556)	(19.876)
Devolução de repasse Contrato de Gestão	(1.790)	(7.647)
Repasse destinado à imobilização	(653)	(940)
Gratuidade concedida	(66)	(249)
Rejeição SUS	(1.312)	(1.914)
	(25.377)	(30.626)
	1.855.329	1.759.018
Receitas operacionais - Educação		
Receitas com alunos	50.960	46.537
Contratos de Gestão	478	438
Outras receitas operacionais	295	296
	51.733	47.271
Deduções - Educação		
Gratuidade concedida	(4.364)	(4.035)
Alunos inadimplentes	(3.842)	(3.635)
	(8.206)	(7.670)
	43.527	39.601
Receitas operacionais - Assistência social		
Receitas com assistidos	480	467
	480	467
Totais receitas operacionais líquidas	1.899.336	1.799.086

(a) As legislações, municipais e estaduais regulamentaram a parceria com entidades filantrópicas, que passaram a ser qualificadas como OSS e que, em decorrência dessa qualificação, adquiriram o direito de firmar Contrato de Gestão, visando à prestação de serviço e gerenciamento de hospitais e demais equipamentos públicos de saúde. As legislações determinam ainda que os atendimentos sejam exclusivamente aos pacientes do SUS. A Entidade celebrou Contrato de Gestão e Operacionalização de serviço com as Secretarias de Saúde Municipal e Estaduais, para administrar a gestão de saúde das Organizações Sociais de Saúde (OSS), as filiais estão descritas na nota explicativa nº 6. A remuneração dos Contratos de Gestão e Operacionalização é definida para cada unidade, de acordo com suas características de atendimento, um orçamento de custeio pré-fixado com base em um sistema de custos referente aos procedimentos dos diversos serviços, envolvendo os indicadores de produção. O Contrato de Gestão e Operacionalização para a prestação de serviços de saúde contempla a opção de renovação. Ao final do período de gestão, os bens imóveis e móveis da OSS se tornam propriedade do poder concedente e a Entidade não terá mais envolvimento em suas exigências de operação ou manutenção. (b) A Entidade, em atendimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1409/12 (ITG2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, em cumprimento ao Contrato de Gestão, reconhece a depreciação dos ativos, que serão devolvidos às Secretarias quando do término dos Contratos de Gestão, na demonstração de resultado do exercício, nas despesas operacionais, em contrapartida das receitas operacionais do Contrato de Gestão.

22. Custos e despesas operacionais - saúde, educação e assistência social

	2017	2016
Custos e despesas operacionais - Saúde		
Pessoal - serviços próprios	(733.634)	(673.052)
Custos gerais	(405.609)	(303.959)
Materiais e medicamentos	(403.028)	(413.331)
Pessoal - repasse de honorários médicos	(336.477)	(363.531)
Auxílios com recursos e materiais	(1.492)	-
Provisões para custos do exercício	(3.119)	(141.915)
Impostos, taxas e contribuições	(2.431)	(2.343)
	(1.885.790)	(1.898.239)
Custos e despesas operacionais - Educação		
Pessoal - serviços próprios	(30.404)	(26.854)
Custos gerais	(3.757)	(4.366)
Pessoal - serviços técnicos contratados	(3.503)	(3.181)
Materiais e componentes	(1.527)	(1.376)
Reversões (provisões) para custos do exercício	(370)	306
Impostos, taxas e contribuições	(63)	(66)
	(39.654)	(35.647)
Custos e despesas operacionais - Assistência social		
Pessoal - serviços próprios	(4.520)	(3.588)
Materiais e componentes	(964)	(1.040)
Pessoal - serviços de terceiros	(629)	(975)
Custos gerais	(372)	(450)
Impostos, taxas e contribuições	(16)	(12)
Auxílios em dinheiro e materiais	(4)	(9)
Provisões para custos do exercício	(157)	(8)
	(6.672)	(5.711)
Total de custos e despesas operacionais	(1.932.116)	(1.939.597)

23. Remuneração da Administração: A Entidade não remunera seus Diretores, Estatutários nem seus conselheiros, conforme disposto no artigo 10 do Estatuto Social e também como determina a Lei nº 12.101/09. A Entidade não distribui parcelas de patrimônio ou renda a qualquer título e aplica integralmente no País os recursos destinados à manutenção de suas atividades, em conformidade com o artigo 31 do Estatuto Social.

24. Outras receitas e despesas operacionais	2017	2016
Outras receitas e despesas operacionais - Saúde		
Ganho na baixa do acordo operacional da Sociedade Divina Providência (a)	36.213	-
Receitas diversas	22.254	25.853
Receitas com subvenções	8.457	6.790
Receita de aluguéis	7.794	6.990
Receitas com doações	4.721	4.106
Perda de capital na alienação de bens	(12.148)	(21.462)
	67.291	22.307
Outras receitas e despesas operacionais - Educação		
Receitas diversas	567	655
Receitas com subvenções	413	309
Receitas com doações	245	328
Receita de aluguéis	56	69
Ganho de capital e perda na alienação de bens	7	142
	1.283	1.596
Outras receitas e despesas operacionais - Assistência Social		
Receitas diversas	150	134
Receitas com subvenções	1.152	1.152
Receitas com doações	1.236	131
Ganho de capital e perda na alienação de bens	(1)	-
	2.537	1.417
	71.112	25.320

(a) A Entidade reconheceu como ganho a baixa do passivo registrado em exercícios anteriores a título de acordo comercial com a Sociedade Divina Providência após a transferência definitiva das operações sem contraprestação monetária, conforme descrito na nota explicativa nº 2c.

25. Resultado financeiro, líquido	2017	2016
Receitas financeiras - Saúde		
Rendimento de aplicações financeiras	31.237	44.219
Descontos obtidos	9.669	5.584
Juros de atualização monetária	8.714	2.354
Variação cambial	9	42
	49.629	52.299
Receitas financeiras - Educação		
Tarifas bancárias, juros e descontos	386	350
Receitas financeiras - Assistência social		
Tarifas bancárias, juros e descontos	6	3
Total receitas financeiras	50.021	52.652
Despesas financeiras - Saúde		
Juros passivos	(1.187)	(1.662)
Descontos financeiros	(2.250)	(1.919)
Variação cambial	(29)	(115)
Tarifas bancárias	(172)	(253)
Outras despesas financeiras	(659)	(802)
	(4.297)	(4.751)
Despesas financeiras - Educação		
Descontos financeiros	(494)	(696)
Juros passivos	(16)	(6)
Tarifas bancárias	(115)	(74)
	(625)	(776)
Despesas financeiras - Assistência social		
Tarifas bancárias	(5)	(3)
Total despesas financeiras	(4.927)	(5.530)
Resultado financeiro, líquido	45.094	47.122

26. Instrumentos financeiros: Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos a seguir, as políticas e os processos de mensuração, gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Entidade. A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros: a. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis, representados principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, títulos e valores mobiliários e outros créditos. Exposição a risco de crédito: O valor contábil dos ativos

continua

ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA - CNPJ 60.922.168/0001 - 86

financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras foi.

	Nota	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	5	205 996	276 429
Contas a receber e subvenções governamentais	9	368 792	370 655
Títulos e valores mobiliários	11	101 758	122 328
Outros créditos		22 159	22 951
		700 725	792 363

• Caixa e equivalentes - A política de gestão de risco é administrada de modo corporativo, e determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, e que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. No que tange às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa. • Contas a receber - O risco de crédito é gerenciado pelo Contrato de Gestão e Operacionalização com órgãos governamentais, contraprestações provenientes das operações com planos de assistência à saúde e atendimento médico-hospitalar a particulares e beneficiários de outros convênios; por mensalidades dos ensinos infantil, fundamental e médio, outras prestações de serviços de ensino, além de taxas de inscrições; por prestação de serviços no segmento assistencial, principalmente, mensalidades de serviços de moradia, hospedagens e pós-cirurgia, voltadas principalmente para o público da terceira idade. • O risco da Entidade não é diversificado do ponto de vista geográfico, com atendimento apenas no Brasil. Não há concentração de risco de crédito somente lado negócios da Entidade, sendo sua carteira pulverizada. A Entidade possui provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R$ 350.146, que representa cerca de 49% do saldo de contas a receber total (vencidos e a vencer) para fazer face ao risco de crédito. • Títulos e valores mobiliários - A política de gestão de risco é administrada de modo corporativo, e determina que a Entidade avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como mitigar o risco. As estratégias de mitigação de risco são executadas com o objetivo de reduzir o risco com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos. A Entidade possui aplicações financeiras de longo prazo que são mantidas até os correspondentes vencimentos, realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating e aplicações em títulos de renda fixa. • Outros créditos - O risco de crédito de outras contas a receber é a incerteza na capacidade da contraparte em cumprir as suas obrigações. A Entidade avalia cada contraparte e gerencia individualmente este risco, muitas vezes, por meio de garantias e/ou depósitos. b. Risco com taxa de câmbio: Decorre da possibilidade da Entidade vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem os valores captados no mercado por meio de empréstimos e financiamentos. Os saldos denominados em moeda estrangeira estão sujeitos à variação cambial. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira, consubstanciada pelo financiamento de equipamentos hospitalares em dólar, não gera efeitos significativos em caso de valorização na taxa de câmbio. c. Risco de taxa de juros: A Entidade mantém parcela substancial das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI e determinadas obrigações indexadas à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados refletidos da Cetip, com data base de 31 de dezembro de 2017, indica a, como taxa mediana efetiva do CDI estimada em 6,85%, cenário provável para o ano de 2018. A Entidade realizou duas simulações nas taxas de remuneração do CDI para as aplicações financeiras com aumento de 25% e 50% cujos resultados estão apresentados no quadro a seguir:

	Cenário Real	Cenário I - 25%	Cenário II - 50%
Caixa e equivalentes			
Aplicações financeiras	203 260	203 260	203 260
Taxa anual estimada do CDI	6,85%	5,14%	3,43%
Efeito anual no caixa líquido	13 923	10 441	6 972

d. Risco de liquidez: Risco de liquidez é aquele em que a Entidade possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o máximo possível que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando estas vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. A seguir, são apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, bem como os ativos financeiros que são utilizados para gerenciar este risco.

2017	Nota	Valor contábil	Até 1 ano	1 - 2 anos
Fornecedores	13	113 541	113 541	-
Empréstimos e financiamentos	14	1 483	1 483	-
		115 024	115 024	-

2016	Nota	Valor Contábil	Até 1 ano	1 - 2 Anos
Fornecedores	13	125 901	125 901	-
Empréstimos e financiamentos	14	2 269	2 269	-
		128 170	128 170	-

e. Política de gestão de riscos: A Entidade possui uma política para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que se utiliza de instrumentos de controle e profissionais capacitados na mensuração, na análise e na gestão de riscos. Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo. f. Hierarquia de valor justo: A classificação dos instrumentos financeiros não derivativos está apresentada no quadro a seguir e não existem instrumentos financeiros diferentes de caixa classificados em outras categorias:

Ativos	Classificação	Hierarquia de valor justo	2017	2016
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Nível 1	2 736	6 133
Aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	203 260	270 296
Contas a receber e subvenções governamentais	Empréstimos e recebíveis		368 792	370 655
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	101 758	122 328
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis		22 159	22 951
			700 725	792 363

Passivos	Classificação	2017	2016
Fornecedores	Outros passivos financeiros (custo amortizado)	(113 541)	(125 901)
Empréstimos	Outros passivos financeiros (custo amortizado)	(1 483)	(2 269)
Outras contas a pagar	Outros passivos financeiros (custo amortizado)	(73 390)	(106 923)
		(188 414)	(235 093)
		512 311	557 270

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas na mensuração ao valor justo: • Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. • Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como nível 2. 27. Voluntariado: Em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1) - Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade reconheceu no exercício de 2017 o trabalho voluntário pelo valor justo, contabilizado como gratuidade concedida e serviços voluntários obtidos, em contas de resultado nos seguintes grupos: serviços de terceiros (despesa) e outras receitas operacionais - diversas (receita). Segue quadro com as horas de voluntariado e seus valores contabilizados, por tipo de atividade, no exercício de 2017:

	2017 Quantidade de horas (em mil)	2017 Receita	2017 Custo	2016 Quantidade de horas (em mil)	2016 Receita	2016 Custo
Saúde	44	2 259	(2 259)	45	2 392	(2 392)
Educação	3	950	(950)	3	1 178	(1 178)
Assistência social	3	11	(11)	3	277	(277)
	50	3 220	(3 220)	51	3 847	(3 847)

28. Gratuidades concedidas: Educação: De acordo com o estabelecido nos itens 13, 16, 24 e 27 letra "m" da ITG 2002 (R1) Entidades sem Finalidade de Lucros, a Entidade reconheceu no exercício de 2017, valores como gratuidade na área de atuação da educação, que está registrado nos livros contábeis na rubrica "gratuidades concedidas". Esses valores estão distribuídos em 7 (um) (casas) mantidas pela Entidade e vinculadas à educação básica que atendem alunos no ensino infantil, fundamental e médio, assim como ensino profissionalizante, EJA - Educação para Jovens e Adultos, e em algumas delas não há a cobrança de mensalidades, e em outras há a concessão de bolsas de estudo, sendo ambas enquadradas como bolsas de estudo. Segue demonstrativo das quantidades de alunos bolsistas e os valores de receitas recebidas e gratuidades concedidas, bem como os totais quantitativos em números e valores, comprovando os percentuais de gratuidades e bolsas estabelecidos em Lei.

Demonstrativo de aplicação da gratuidade - Educação básica

	Tabela das bases de cálculo: Total de alunos	Bolsistas com 100%	Bolsistas com 50%
Total alunos pagantes / Bolsas e gratuidades concedidas	4 839	1 052	11
Número mínimo de bolsas (Base legal - 1 bolsista de 100% para cada 5 alunos pagantes - Lei 12.868/2013)	-	751	-

A Entidade atendeu aos requisitos de acordo a Lei nº 12.101/2009 e Lei nº 12.868/2013 concedeu 1.052 bolsas de estudo integrais e 11 bolsas de estudo parciais. A Entidade seria requerida a oferecer com base no total de alunos pagantes, o mínimo de 751 bolsas integrais. Assistência social: A Entidade trabalha no acolhimento, na defesa e na garantia dos direitos de crianças, adolescentes, adultos e idosos, possui serviços e projetos socioassistenciais e inscritos nos municípios: São Paulo - SP, Guarulhos - SP, Fortaleza - CE, Santa Teresa - ES, Petrópolis - RJ e Juiz de Fora - MG, cujas filiais apresentam anualmente aos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS) os seus respectivos: Relatório de atividades e Plano de ação, seguindo abaixo o número de usuários que foram atendidos no Sistema Único de Assistência Social (SUAS):

	2017	2016
Total de usuários	709	754

Saúde: A Entidade presta serviços de saúde em hospitais, ambulatórios e outros equipamentos de saúde por meio de suas filiais constituídas para tal finalidade, sendo o seu percentual SUS composto por: internações medidas em paciente dia, atendimentos ambulatoriais e ações prioritárias de saúde. Com observância do limite mínimo de atendimento ao SUS (Sistema Único de Saúde) em 60%, fixado pelo art. 4º, inciso II, da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto 7.237 de 20 de julho de 2010, alterado em parte pelo Decreto 7.300 de 14 de setembro de 2010, Portaria 834 de 26 de abril de 2016, Lei 12.868 de 15 de outubro de 2013 e por fim alterada pela Portaria nº 834 de 26 de abril de 2016. O número total de atendimentos no exercício está assim representado:

	2017	2016
Diário paciente dia		
Atendimentos SUS	401 893	457 702
Não SUS	228 611	278 305
	630 504	736 007
Atendimentos ambulatoriais		
Atendimento SUS	15 900 736	16 087 721
Não SUS	2 342 798	2 193 311
	18 243 534	18 281 032

Resumo geral SUS	2017	2016
Participação pacientes dia	57,74%	57,63%
Ambulatório - Lei 12.101/2009 e Art. 32 da Portaria 834/2016	10,00%	10,00%
Ações Prioritárias - Lei 12.101/2009 e Art. 33 da Portaria 834/2016	6,00%	6,00%
Percentual de atendimento SUS	73,74%	73,63%

O percentual conclusivo obtido no atendimento ao SUS no exercício de 2017 foi de 73,74% (73,63% em 2016), atendimento superior ao requerido mínimo de 60% conforme estabelecido pela legislação. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social: A Entidade possui quatro processos em análise no Ministério da Saúde, todos protocolados tempestivamente. O processo referente ao triênio 2010, 2011 e 2012 foi protocolado no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS (Protocolo 71010.003504/2009-57) e remetido pelo CNAS para o Ministério da Saúde - MS (SIPAR nº 25000.141063/2010-25). Este processo teve uma primeira análise publicada em 06/04/2016 pelo Ministério da Saúde - MS e a Entidade recorreu tempestivamente (SIPAR nº 25000.051190/2016-14), o que suspendeu os efeitos da decisão, aguardando nova análise pelo Ministério da Saúde - MS. O segundo refere-se ao triênio 2013, 2014 e 2015, protocolado no Ministério da Saúde - MS (SIPAR nº 25000.111381/2012-31) em 29 de junho de 2012. O terceiro refere-se ao triênio 2016, 2017 e 2018, protocolado no Ministério da Saúde - MS (SIPAR nº 25000.193347/2015-16) em 07 de dezembro de 2015. O quarto processo refere-se ao triênio 2017, 2018 e 2019, protocolado eletronicamente no SISCEBAS, conforme SIPAR nº 25000.196944/2016-73 no dia 16 de dezembro de 2016. A Entidade cumpriu o requisito de apresentar tempestivamente seus pedidos de renovação e recurso de decisão para a CEBAS, estando em conformidade com o preconizado no § 2º do Art. 24 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009 e no Art. 8º do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014. 29. Informações qualitativas: Conforme apresentado na nota explicativa nº 28, a Entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia", e às demais regulamentações vigentes, nas três áreas de sua atuação, saúde, educação e assistência social, quanto à obrigatoriedade de apresentar tempestivamente, a cada triênio, o relatório de atividades e os documentos exigidos pelos respectivos Ministérios de cada área de sua atuação. 30. Outras informações: As declarações de Isenção do Imposto de renda, às quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciário-trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais, também estão sujeitos à revisão por autoridades fiscais, normativos ou órgãos fiscalizadores. Para as filiais consideradas como OSS (Organização Social de Saúde), no cumprimento dos Contratos de Gestão e Operacionalização, é regularmente auditada pelos Tribunais de Contas dos Estados e Municípios onde estes contratos estão vigentes. 31. Avais, fianças e garantias: A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante o exercício de 2017 e 2016.

Maria Aparecida Nogueira - Vice-Presidente do Conselho de Administração — Maria do Prado Estrada - Conselheira — Marcelo Cole Fernandes - Diretor Corporativo Financeiro — Arlindo Gonçalves Martins Junior - Contador - CRC 1SP 174845/O-1

Ata de Assembleia Geral Ordinária

A Assembleia Geral Ordinária, em 13 de março de 2018, aprovou por unanimidade de votos: 1) Aprovação das contas do exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2017, colocando à disposição dos associados o parecer do Conselho Fiscal, de acordo com o qual os balanços e demais documentos contábeis refletem a situação patrimonial e financeira da Associação no referido exercício, além de apresentar os balanços e relatórios de todas as atividades desenvolvidas pela ACSC no exercício de 2017; 2) Aprovação do orçamento para o exercício de 2018, inclusive dos planos de reformas e melhorias a serem implementados no exercício para todas as casas da ACSC; 3) Leitura das atas de reuniões dos Conselhos de Administração Específicos das Organizações Sociais e ratificação de todas as deliberações contidas nas mencionadas atas. São Paulo, 13 de março de 2018.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da Associação Congregação de Santa Catarina - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Congregação de Santa Catarina "Entidade", que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Congregação de Santa Catarina em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfase - Não renovação de contratos de gestão: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2a às demonstrações financeiras, a Entidade manifestou a intenção de não renovação dos Contratos de Gestão que encerram durante o exercício de 2017, das seguintes filiais: Centro Estadual de Análises Clínicas da Zona Sul - SP (término em 31 de dezembro de 2017); Complexo Estadual de Saúde - Hospital Estadual Alberto Torres com Centro de Trauma e Hospital Estadual Prefeito João Batista Caffaro - RJ (término em 31 de agosto de 2017), Hospital Regional de Cáceres - Dr. Antônio Fontes - MT (término em 30 de setembro de 2017); e Polo de Atenção Intensiva em Saúde Mental - SP (término em 31 de dezembro de 2017), que passaram a ser administrados por outras entidades jurídicas nomeadas pelas Secretarias de Saúde dos respectivos Estados, a partir da data de encerramento dos respectivos Contratos de Gestão e Operacionalização. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2b às demonstrações financeiras, que descreve que a Associação Congregação de Santa Catarina, gestora da unidade Hospital Dr. Benício Tavares Pereira - Hospital Estadual Central, sobre o Contrato de Gestão que encerrará em 28 de fevereiro de 2018, uma vez que a Associação Congregação de Santa Catarina manifesta a intenção de renovação, a continuidade da gestão do contrato está condicionada à demonstração dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas no Contrato de Gestão além da conveniência de ambas as partes, bem como do sucesso na renovação do referido Contrato de Gestão. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional da Entidade, que dependem da renovação dos Contratos de Gestão e operacionalização como mencionado na nota explicativa nº 1. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação de valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam na impossibilidade de continuidade da operacionalização do Contrato de Gestão. Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de Março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Pereira Gonçalves
Contador - CRC 1SP220026/O-3
Tatiana Torres Santos Silva
Contador CRC 1SP238548/O-8

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00032018040600163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.